

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	97
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	98
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.435.699
Preferenciais	0
Total	69.435.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.923.550
Preferenciais	0
Total	1.923.550

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.320.583	1.379.699
1.01	Ativo Circulante	6.057	5.164
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.231	2.245
1.01.01.01	Caixa	12	12
1.01.01.02	Bancos	3	4
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	2.216	2.229
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.367	1.942
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.367	1.942
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.459	977
1.01.08.03	Outros	1.459	977
1.01.08.03.01	Outras Contas a Receber	1.459	977
1.02	Ativo Não Circulante	1.314.526	1.374.535
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.943	51.550
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	50.893	51.497
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	50.893	51.497
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	50	53
1.02.01.09.03	Depósitos de cauções	50	53
1.02.02	Investimentos	1.256.968	1.315.819
1.02.02.01	Participações Societárias	1.256.968	1.315.819
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.256.968	1.315.819
1.02.03	Imobilizado	2.165	2.234
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.165	2.234
1.02.04	Intangível	4.450	4.932
1.02.04.01	Intangíveis	4.450	4.932
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Software	4.053	4.535
1.02.04.01.03	Marcas e Patentes	397	397

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.320.583	1.379.699
2.01	Passivo Circulante	159.837	154.220
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.694	1.462
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.694	1.462
2.01.02	Fornecedores	2.255	2.690
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.255	2.690
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.514	3.165
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.514	3.165
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	3.221	2.873
2.01.03.01.03	Impostos parcelados	293	292
2.01.05	Outras Obrigações	152.374	146.903
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	152.367	146.897
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	152.367	146.897
2.01.05.02	Outros	7	6
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	7	6
2.02	Passivo Não Circulante	712	793
2.02.02	Outras Obrigações	660	723
2.02.02.02	Outros	660	723
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	660	723
2.02.04	Provisões	52	70
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	52	70
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	52	70
2.03	Patrimônio Líquido	1.160.034	1.224.686
2.03.01	Capital Social Realizado	385.064	385.064
2.03.02	Reservas de Capital	-1.907	-1.907
2.03.04	Reservas de Lucros	841.529	841.529
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	841.529	841.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-64.652	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-64.588	3.081
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.742	-5.135
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	22
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-58.851	8.194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-64.588	3.081
3.06	Resultado Financeiro	-64	1.312
3.06.01	Receitas Financeiras	429	1.613
3.06.02	Despesas Financeiras	-493	-301
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-64.652	4.393
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.652	4.393
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-64.652	4.393
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,96000	0,07000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-64.652	4.393
4.03	Resultado Abrangente do Período	-64.652	4.393

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.009	-981
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.251	-3.109
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do trimestre	-64.652	4.393
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	568	692
6.01.01.03	Resultado da equivalência patrimonial	58.851	-8.194
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-18	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-758	2.128
6.01.02.01	Contas a receber	0	-22
6.01.02.02	Outras contas a receber	-482	5.876
6.01.02.03	Fornecedores	-435	-392
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	348	-3.363
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	232	48
6.01.02.06	Outras contas a pagar	1	-2
6.01.02.07	Tributos a recuperar	-425	0
6.01.02.08	Depósitos e cauções	3	-17
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17	175.711
6.02.01	Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	-17	-79
6.02.02	Aplicação financeira vinculada/aplicações financeiras	0	-1.034
6.02.03	Baixa de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível	0	9.003
6.02.04	Baixa de investimentos permanentes	0	167.821
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.012	-174.839
6.03.03	Partes relacionadas	6.074	-180.108
6.03.07	Novos parcelamentos de tributos	-62	5.269
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14	-109
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.245	2.229
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.231	2.120

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	841.529	0	0	1.224.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	841.529	0	0	1.224.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.652	0	-64.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64.652	0	-64.652
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	841.529	-64.652	0	1.160.034

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	764.923	-174.855	0	973.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	764.923	-174.855	0	973.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.393	0	4.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.393	0	4.393
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	764.923	-170.462	0	977.618

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.245	-1.584
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.245	-1.584
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.245	-1.584
7.04	Retenções	-568	-692
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-568	-692
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.813	-2.276
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-58.417	9.829
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-58.851	8.194
7.06.02	Receitas Financeiras	429	1.613
7.06.03	Outros	5	22
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-61.230	7.553
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-61.230	7.553
7.08.01	Pessoal	2.929	2.818
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.870	1.883
7.08.01.02	Benefícios	479	362
7.08.01.03	F.G.T.S.	106	102
7.08.01.04	Outros	474	471
7.08.01.04.01	INSS	474	471
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	41
7.08.02.03	Municipais	0	41
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	493	301
7.08.03.01	Juros	493	301
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-64.652	4.393
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-64.652	4.393

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	3.434.079	3.560.307
1.01	Ativo Circulante	1.191.763	1.196.966
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.172	108.647
1.01.01.01	Caixa	48	48
1.01.01.02	Bancos	1.736	1.716
1.01.01.03	Aplicações Financeiras	106.388	106.883
1.01.03	Contas a Receber	75.263	81.374
1.01.03.01	Clientes	59.678	66.192
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.585	15.182
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.259	10.876
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.259	10.876
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	996.069	996.069
1.01.08.03	Outros	996.069	996.069
1.01.08.03.01	Propriedade para investimento em negociação para venda	996.069	996.069
1.02	Ativo Não Circulante	2.242.316	2.363.341
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.957	73.139
1.02.01.03	Contas a Receber	5.008	5.983
1.02.01.03.01	Clientes	5.008	5.983
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	48.487	47.255
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	48.487	47.255
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.462	19.901
1.02.01.09.04	Depósitos e Cauções	5.211	6.158
1.02.01.09.06	Aplicações Financeiras	1.612	1.588
1.02.01.09.07	Outras Contas a Receber	125	215
1.02.01.09.08	Tributos a recuperar	2.760	3.658
1.02.01.09.09	Mútuos com terceiros	7.754	8.282
1.02.02	Investimentos	2.150.962	2.268.849
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.150.962	2.268.849
1.02.03	Imobilizado	4.160	4.411
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.160	4.411
1.02.04	Intangível	16.237	16.942
1.02.04.01	Intangíveis	16.237	16.942
1.02.04.01.02	Vida Útil Indefinida	4.096	4.083
1.02.04.01.03	Vida Útil Definida	12.141	12.859

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	3.434.079	3.560.307
2.01	Passivo Circulante	271.155	253.064
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.277	2.093
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.277	2.093
2.01.02	Fornecedores	12.543	13.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.543	13.320
2.01.03	Obrigações Fiscais	131.669	109.923
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	131.669	109.923
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	129.580	107.579
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados	2.089	2.344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	46.646	47.714
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.646	47.714
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	38.664	38.873
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.982	8.841
2.01.05	Outras Obrigações	78.020	80.014
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.931	20.036
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.931	20.036
2.01.05.02	Outros	58.089	59.978
2.01.05.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCIs	39.537	32.487
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.897	2.698
2.01.05.02.07	Receitas de cessões a apropriar	15.655	24.793
2.02	Passivo Não Circulante	2.002.890	2.082.557
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.267.631	1.258.469
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.267.631	1.258.469
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	162.005	170.832
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.105.626	1.087.637
2.02.02	Outras Obrigações	565.248	577.047
2.02.02.02	Outros	565.248	577.047
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	15.645	16.042
2.02.02.02.05	Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	549.603	561.005
2.02.03	Tributos Diferidos	92.274	96.355
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	92.274	96.355
2.02.04	Provisões	1.980	1.485
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.980	1.485
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	516	240
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.464	1.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	75.757	149.201
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	75.757	149.201
2.02.06.02.01	Receitas de Cessões a Apropriar	75.757	149.201
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.160.034	1.224.686
2.03.01	Capital Social Realizado	385.064	385.064
2.03.02	Reservas de Capital	-1.907	-1.907
2.03.04	Reservas de Lucros	841.529	841.529
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	841.529	841.529
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-64.652	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	61.602	60.055
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.364	-6.166
3.03	Resultado Bruto	55.238	53.889
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-49.221	-11.628
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.266	-12.131
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-36.955	503
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.017	42.261
3.06	Resultado Financeiro	-66.395	-32.202
3.06.01	Receitas Financeiras	54.551	55.688
3.06.02	Despesas Financeiras	-120.946	-87.890
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-60.378	10.059
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.274	-5.666
3.08.01	Corrente	-8.348	-5.666
3.08.02	Diferido	4.074	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-64.652	4.393
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-64.652	4.393
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.652	4.393
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,96000	0,07000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-64.652	4.393
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-64.652	4.393
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-64.652	4.393

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-92.017	11.641
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.220	34.575
6.01.01.01	Lucro/(Prejuízo) líquido do período	-64.652	4.393
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.028	1.318
6.01.01.05	Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, CCI e bônus perpétuo	48.286	49.086
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.295	1.900
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	495	17
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.081	0
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social	-8.348	5.666
6.01.01.11	Encargos financeiros sobre parcelamento de impostos	138	783
6.01.01.12	Variação cambial	5.619	-28.588
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-46.284	7.537
6.01.02.02	Outras contas a receber	-313	1.471
6.01.02.03	Fornecedores	-777	-3.292
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	30.349	3.683
6.01.02.05	Salários e encargos sociais	184	112
6.01.02.06	Outros contas a pagar	199	-225
6.01.02.07	Contas a receber	6.194	7.392
6.01.02.08	Receitas de cessões a apropriar	-82.582	-7.862
6.01.02.09	Tributos a recuperar	-485	1.051
6.01.02.10	Depósito e cauções	947	-463
6.01.02.11	Contas a receber - cessões	0	5.670
6.01.03	Outros	-25.513	-30.471
6.01.03.01	Pagamento de juros	-25.513	-30.471
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	117.791	-1.374
6.02.01	Aquisição de propriedades para investimento, ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	-14.696	-9.439
6.02.03	Aplicação financeira vinculada/aplicações financeiras	-24	-1.078
6.02.04	Baixa de propriedades para investimentos, imobilizado e intangível	132.511	9.143
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-26.249	-29.839
6.03.01	Captação de empréstimos, financiamentos e CCI's	0	5.433
6.03.03	Partes relacionadas	-809	-3.704
6.03.04	Custo de captação de empréstimos, financiamentos, CCI's e bônus perpétuo	0	-5.434
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	-24.843	-29.320
6.03.06	Novos parcelamentos de tributos	67	5.386
6.03.07	Pagamento do principal de parcelamento de impostos	-664	-2.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-475	-19.572
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.647	59.771
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.172	40.199

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	841.529	0	0	1.224.686	0	1.224.686
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	841.529	0	0	1.224.686	0	1.224.686
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.652	0	-64.652	0	-64.652
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-64.652	0	-64.652	0	-64.652
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	841.529	-64.652	0	1.160.034	0	1.160.034

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	389.625	-6.468	764.923	-174.855	0	973.225	0	973.225
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	389.625	-6.468	764.923	-174.855	0	973.225	0	973.225
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.393	0	4.393	0	4.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.393	0	4.393	0	4.393
5.07	Saldos Finais	389.625	-6.468	764.923	-170.462	0	977.618	0	977.618

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	68.125	65.634
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	69.420	67.534
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.295	-1.900
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.795	-11.705
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.795	-11.705
7.03	Valor Adicionado Bruto	55.330	53.929
7.04	Retenções	-1.028	-1.318
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.028	-1.318
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	54.302	52.611
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.596	56.190
7.06.02	Receitas Financeiras	54.551	55.687
7.06.03	Outros	-36.955	503
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.898	108.801
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.898	108.801
7.08.01	Pessoal	4.212	4.035
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.608	2.655
7.08.01.02	Benefícios	826	602
7.08.01.03	F.G.T.S.	133	127
7.08.01.04	Outros	645	651
7.08.01.04.01	INSS	645	651
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.392	12.484
7.08.02.01	Federais	10.165	11.098
7.08.02.03	Municipais	1.227	1.386
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120.946	87.889
7.08.03.01	Juros	120.946	87.889
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-64.652	4.393
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-64.652	4.393

São Paulo, 15 de maio de 2018 – A General Shopping e Outlets do Brasil S/A [B3: GSHP3], empresa com expressiva participação no mercado de shoppings centers do Brasil, anuncia hoje seus resultados do 1T18. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas com base em números consolidados e em milhares de reais.



1T18

Receita Bruta da Companhia cresce 2,8% no 1T18 e atinge R\$ 69,4 milhões

- A Receita Bruta da General Shopping e Outlets do Brasil S/A (Companhia) no primeiro trimestre de 2018 - 1T18 - atingiu R\$ 69,4 milhões, com acréscimo de 2,8% em comparação à receita de R\$ 67,5 milhões no primeiro trimestre de 2017 - 1T17.
- O NOI Consolidado do 1T18 registrou R\$ 55,7 milhões, com margem de 90,4% e acréscimo de 2,2% em relação aos R\$ 54,5 milhões alcançados no 1T17.
- O Lucro Bruto no 1T18 foi de R\$ 55,2 milhões, com margem de 89,7% e acréscimo de 2,5% em comparação aos R\$ 53,9 milhões do 1T17.
- O EBITDA Ajustado no 1T18 atingiu R\$ 44,7 milhões, com margem de 72,6% e acréscimo de 2,7% em relação aos R\$ 43,6 milhões do 1T17.

Destaques Financeiros e Operacionais Consolidados			
R\$ mil	1T17	1T18	Var.
Receita Bruta Total	67.535	69.420	2,8%
Aluguel (Shoppings)	47.871	48.226	0,7%
Serviços	19.664	21.194	7,8%
NOI Consolidado	54.515	55.694	2,2%
EBITDA Ajustado	43.567	44.743	2,7%
Resultado Líquido Ajustado	4.380	(26.950)	-
FFO Ajustado	5.699	(25.926)	-
Margem NOI	90,8%	90,4%	-0,4 p.p.
Margem EBITDA Ajustado	72,5%	72,6%	0,1 p.p.
Margem Resultado Líquido Ajustado	7,3%	-43,7%	-
Margem FFO Ajustado	9,5%	-42,1%	-
Receita Bruta por m ²	276,17	287,08	3,9%
NOI por m ²	222,93	230,32	3,3%
EBITDA Ajustado por m ²	178,16	185,03	3,9%
Resultado Líquido Ajustado m ²	17,91	(111,45)	-
FFO Ajustado por m ²	23,30	(107,21)	-
ABL Própria - Média do Período (m ²)	244.540	241.815	-1,1%
ABL Própria - Final do Período (m ²)	244.540	236.909	-3,1%

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Marcio Snoka
Diretor de RI

Rodrigo Lepski Lopes
Gerente de RI

dri@generalshopping.com.br

www.generalshopping.com.br

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia vem apresentar e comentar o desempenho operacional e financeiro do primeiro trimestre de 2018 (1T18).

A Receita Bruta no 1T18 aumentou 2,8% para R\$ 69,4 milhões, ponderada pelo aumento nas Receitas de Aluguel em 0,7% e o aumento nas Receitas de Serviços em 7,8%, quando comparada com o mesmo período do ano anterior.

Considerando o desempenho em Mesmas Áreas, o Aluguel SAR (Same Area Rentals) apresentou crescimento de 1,0% no 1T18, enquanto que as Vendas SAS (Same Area Sales) cresceram 3,8% no mesmo período.

A taxa de ocupação apresentou uma melhora no trimestre, atingindo 94,8% no 1T18 contra 94,6% no 1T17.

Observando os Custos dos Aluguéis e Serviços, estes aumentaram 3,2% em relação ao 1T17, atingindo R\$ 6,4 milhões. O NOI atingiu R\$ 55,7 milhões no 1T18, aumento de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem de 90,4%.

Na linha de Despesas Gerais e Administrativas tivemos um pequeno aumento de 1,1% quando comparado com o 1T17, alcançando R\$ 12,2 milhões no trimestre.

No 1T18 o Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial do Dólar x Real, passando dos negativos R\$ 32,2 milhões no 1T17 para negativos R\$ 66,4 milhões.

Como evento subsequente ao trimestre, em fato relevante divulgado em 03 de abril de 2018, a Companhia informou que foi concluída a venda da participação equivalente a 70% do Internacional Shopping Guarulhos.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a nossos colaboradores, lojistas, clientes e visitantes por sua contribuição.

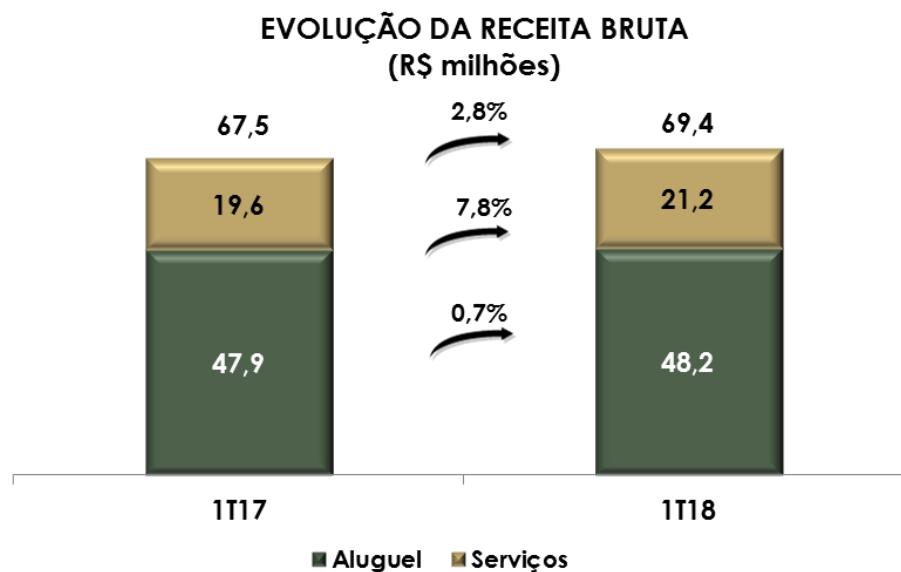
Marcio Snioka,
Diretor de Relações com Investidores

RECEITA BRUTA

A receita bruta total da Companhia neste trimestre registrou R\$ 69,4 milhões, representando um acréscimo de 2,8% em relação ao 1T17.

A receita bruta de aluguéis no 1T18 totalizou R\$ 48,2 milhões, representando 69,5% da receita bruta total e um acréscimo de 0,7% em relação ao 1T17. Os principais fatores que contribuíram para este acréscimo foram o crescimento real e os reajustes anuais dos aluguéis, parcialmente compensados pelas vendas de participações ocorridas no período.

A receita bruta de serviços no 1T18 totalizou R\$ 21,2 milhões, representando um acréscimo de 7,8% em relação ao 1T17.



RECEITA DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis da Companhia, que totalizaram R\$ 48,2 milhões no 1T18, são divididas entre aluguel mínimo, aluguel percentual de vendas, luvas, *merchandising* e linearização da receita.

Composição da Receita de Aluguéis			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Aluguel Mínimo	35,9	36,2	1,0%
Aluguel Percentual de Vendas	4,1	4,2	2,0%
Luvas	1,9	1,9	2,6%
Merchandising	3,7	4,2	14,5%
Linearização da Receita	2,3	1,7	-29,0%
Total	47,9	48,2	0,7%

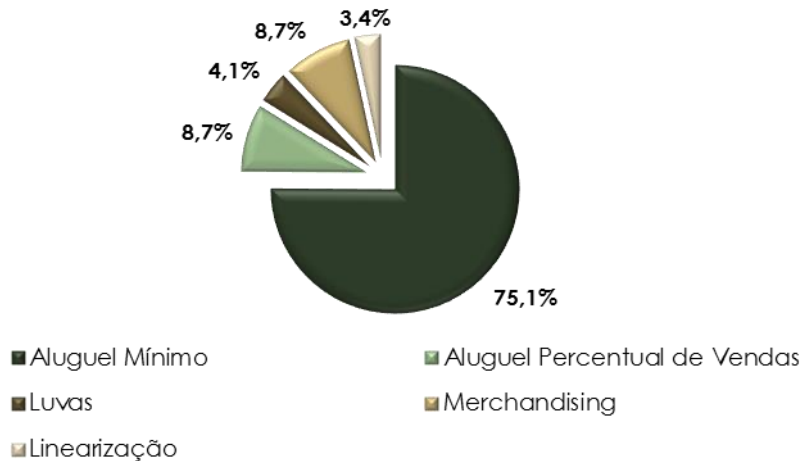
As receitas de aluguel mínimo no 1T18 aumentaram em R\$ 0,3 milhão, ou 1,0% em relação ao 1T17, devido aos fatores citados acima.

O aluguel percentual de vendas aumentou 2,0% na comparação entre os dois períodos.

Os aluguéis temporários (Merchandising) do 1T18 totalizaram R\$ 4,2 milhões, acréscimo de 14,5%.

As receitas de aluguel mínimo representaram 75,1% da receita total de aluguéis no 1T18, enquanto no 1T17 representavam 74,9%.

Receita de Aluguéis - 1T18



RECEITA DE SERVIÇOS

No 1T18 as receitas de serviços totalizaram R\$ 21,2 milhões, representando um acréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Composição da Receita de Serviços			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Estacionamento	11,6	11,0	-5,8%
Energia	2,5	4,3	76,3%
Água	2,1	2,3	7,3%
Administração	3,4	3,6	4,9%
Total	19,6	21,2	7,8%

As receitas de estacionamento no 1T18 foram de R\$ 11,0 milhões, um decréscimo de R\$ 0,6 milhão ou 5,8% em relação ao 1T17. Este resultado foi decorrente das alienações (conforme notas e contexto operacional) ocorridas no período, bem como na variação no fluxo de veículos em algumas de nossas operações.

As receitas de gestão do suprimento de energia foram de R\$ 4,3 milhões no 1T18, aumento de R\$ 1,8 milhão, ou 76,3%. Este resultado foi em função da melhora nos custos de compra (Spot), que ajustaram nossas margens, parcialmente compensado pelas vendas descritas acima.

As receitas da gestão do suprimento de água totalizaram R\$ 2,3 milhões no 1T18, R\$ 0,2 milhão maior que no 1T17.

DEDUÇÕES DA RECEITA (IMPOSTOS, DESCONTOS E CANCELAMENTOS)

Os impostos, descontos e cancelamentos aplicáveis à receita bruta totalizaram R\$ 7,8 milhões no 1T18, correspondendo a 11,3% da receita bruta, enquanto que no 1T17 representaram 11,1%.

Os impostos sobre faturamento (PIS/COFINS/ISS) totalizaram R\$ 5,6 milhões no 1T18, representando um acréscimo de R\$ 0,2 milhão em relação ao 1T17.

Neste trimestre os descontos e cancelamentos foram de R\$ 2,2 milhões, o que representa um acréscimo de R\$ 0,1 milhão comparado com o 1T17.

RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUÉIS E SERVIÇOS

A Receita Líquida totalizou R\$ 61,6 milhões no 1T18, um acréscimo de 2,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS

No 1T18 os custos dos aluguéis e serviços apresentaram um acréscimo de 3,2%, ficando em R\$ 6,4 milhões.

Custo dos Aluguéis e dos Serviços Prestados			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Pessoal	0,4	0,5	23,9%
Depreciação	0,6	0,5	-27,2%
Ocupação	3,9	4,0	5,0%
Serviços de Terceiros	1,3	1,4	5,7%
Total	6,2	6,4	3,2%

Custo de Pessoal

O custo de pessoal foi de R\$ 0,5 milhão neste trimestre, R\$ 0,1 milhão maior que no 1T17.

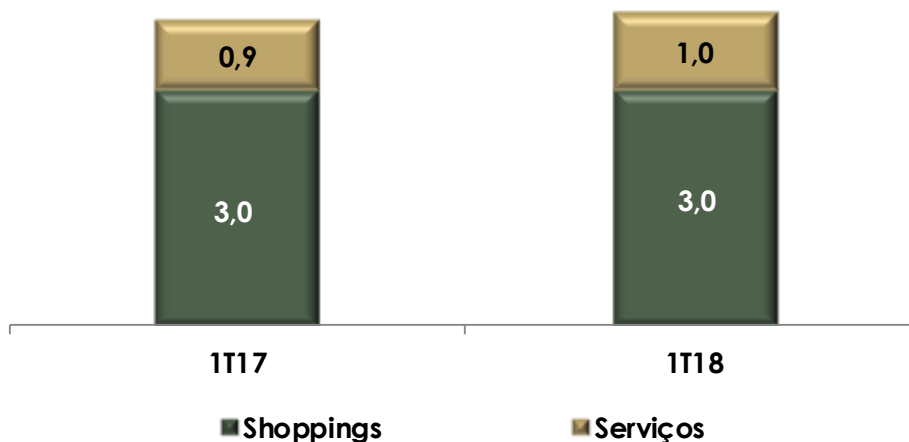
Custo de Depreciação

No 1T18, o custo de depreciação foi de R\$ 0,5 milhão, R\$ 0,1 milhão menor que no 1T17.

Custo de Ocupação

Neste trimestre, o custo de ocupação totalizou R\$ 4,0 milhões, R\$ 0,1 milhão maior que no 1T17.

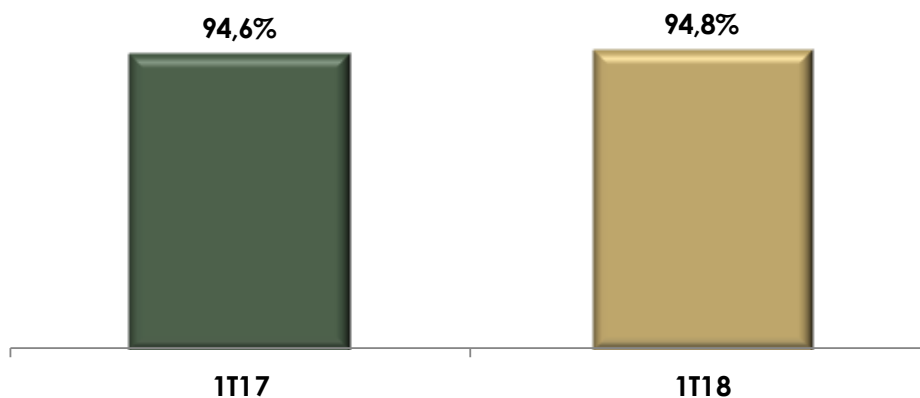
CUSTO DE OCUPAÇÃO (R\$ milhões)



O custo de ocupação dos shoppings centers foi de R\$ 3,0 milhões no 1T18, mesmo patamar que no 1T17.

Os custos de ocupação dos serviços totalizaram R\$ 1,0 milhão no 1T18, um acréscimo de R\$ 0,1 milhão comparado com o 1T17.

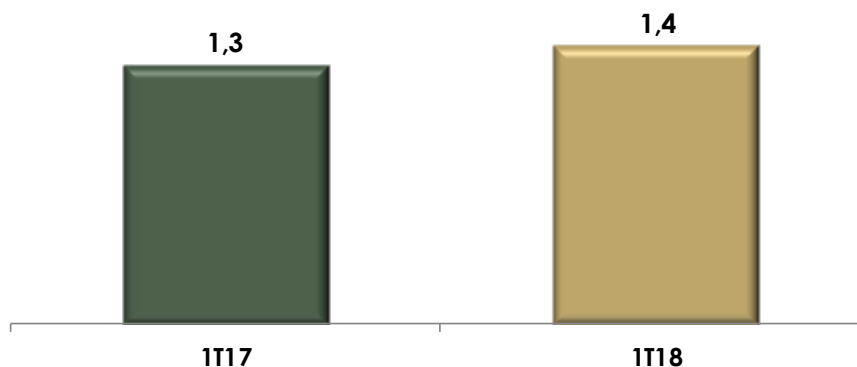
EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO



Custo de Serviços de Terceiros

Os custos de serviços de terceiros no 1T18, principalmente relativos a estacionamentos, foram de R\$ 1,4 milhão, um acréscimo de R\$ 0,1 milhão em comparação com o 1T17.

CUSTO COM SERVIÇOS DE TERCEIROS (R\$ milhões)

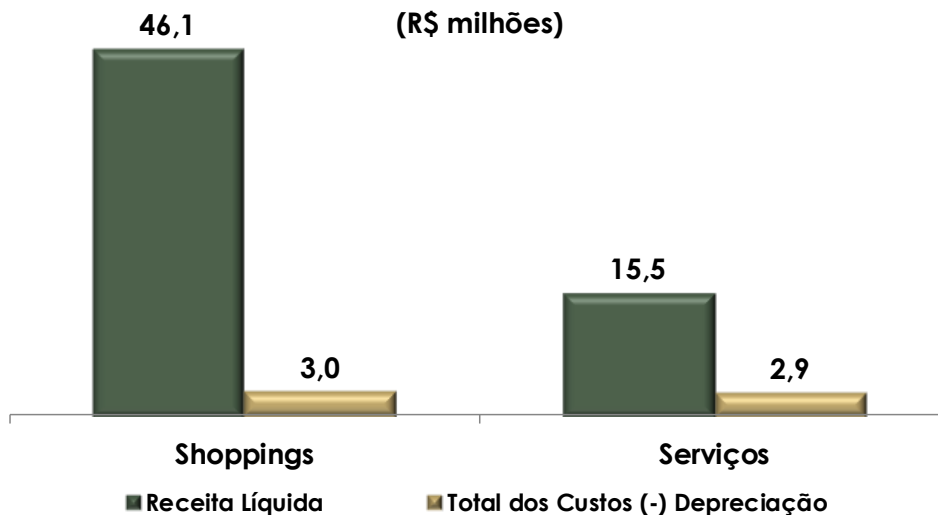


LUCRO BRUTO

O lucro bruto no 1T18 foi de R\$ 55,2 milhões, margem de 89,7% e acréscimo de 2,5% comparado aos R\$ 53,9 milhões no 1T17.

No 1T18 o NOI consolidado da Companhia foi de R\$ 55,7 milhões. O NOI das operações de Shopping Center foi de R\$ 43,1 milhões e o de Serviços foi de R\$ 12,6 milhões.

NOI - 1T18 (R\$ milhões)



DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas no 1T18 totalizaram R\$ 12,2 milhões, representando um acréscimo de 1,1%, comparado com 1T17.

Despesas Gerais e Administrativas			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Publicidade e Propaganda	(0,4)	(0,3)	-15,1%
PCLD	(1,9)	(1,3)	-31,9%
Despesas com Pessoal	(3,4)	(3,4)	0,5%
Serviços de Terceiros	(1,7)	(3,5)	107,1%
Despesas de Comercialização	(1,0)	(0,7)	-27,4%
Não Recorrentes	(0,1)	(0,6)	329,7%
Outras Despesas	(3,6)	(2,4)	-35,0%
Total	(12,1)	(12,2)	1,1%

Neste trimestre tivemos um acréscimo de R\$ 0,1 milhão nas despesas administrativas que pode ser explicado pelo decréscimo (i) das despesas de publicidade e propaganda, (ii) da PCLD, (iii) da comercialização e (iv) das outras despesas, parcialmente compensado pelo acréscimo (v) das despesas com serviços de terceiros e (vi) das não recorrentes.

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais são representadas principalmente por recuperações de custos e despesas pagas pela Companhia de responsabilidade dos condomínios e outras recuperações em geral. No 1T18 as outras receitas e despesas operacionais foram negativos em R\$ 37,0 milhões enquanto no 1T17 tivemos R\$ 0,5 milhão positivo.

Outras Receitas Operacionais			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Recup. Despesas Condominiais	0,1	-	-
Ganho/Perda na Venda/Cessão de Prop. para Investimento	0,1	(37,1)	-
Outras Recuperações	0,3	0,1	-72,3%
Total	0,5	(37,0)	-

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido no 1T18 foi negativo em R\$ 66,4 milhões, e no 1T17 o resultado ficou R\$ 32,2 milhões negativo. Lembramos que o efeito da variação cambial sobre o principal de nossa dívida perpétua não é um efeito caixa.

As despesas com juros referentes aos financiamentos contratados para os projetos *greenfields* são capitalizadas durante o período de obras e amortizadas a partir do início da operação dos shoppings.

Resultado Financeiro Líquido			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Receitas	55,7	54,6	-2,0%
Juros de aplicações financeiras	1,3	1,3	4,0%
Variação cambial ativa	51,7	49,2	-4,9%
Ganho na operação com derivativos	-	1,7	-
Outros	2,7	2,4	-13,1%
Despesas	(87,9)	(121,0)	37,6%
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	(24,7)	(21,9)	-11,5%
Bônus de Dívida Perpétuos	(24,7)	(26,4)	6,9%
Perda em operação com derivativos	(4,2)	(2,6)	-37,5%
Variação cambial passiva	(22,5)	(54,9)	143,9%
Multa sobre impostos em atraso	(5,9)	(10,5)	78,1%
Outros	(5,9)	(4,7)	-20,0%
Total	(32,2)	(66,4)	106,2%

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Política de Gestão de Riscos visa à proteção da Companhia contra variações que possam afetar a liquidez através da utilização de instrumentos financeiros derivativos ou de aplicações financeiras em dólar. O Conselho de Administração monitora e delibera sobre alterações na Política.

Operações especulativas são proibidas pela Política e qualquer instrumento utilizado deve objetivar a mitigação de riscos. Todas as operações são controladas através de monitoramento diário de marcação a mercado e de limites de risco, informados por uma consultoria terceirizada à Diretoria Financeira.

Nenhum derivativo é classificado como hedge na definição do CPC 38 e, portanto não são contabilizados conforme práticas de Hedge Accounting.

RISCO CAMBIAL

A estratégia da Companhia consiste em manter pelo menos 1 ano de pagamento de juros cobertos contra risco cambial. A forma de obter esta cobertura pode ser realizada com operações no Brasil ou no exterior, podendo incluir instrumentos derivativos e obedecendo a critérios de custo e rentabilidade.

A Companhia gerencia e monitora diariamente a sua posição de derivativos, adequando-se à melhor estratégia de hedge que possua menos custos em relação às demais.

Para proteção dos pagamentos de juros referentes às obrigações em moedas estrangeiras, a Companhia utiliza contratos a termo non-deliverable forward (NDF), junto a instituições de primeira linha.

Em 31 de março de 2018, o mapa de exposição cambial da Companhia, para os próximos 12 meses era:

Mapa de Hedge Cambial				
US\$ mil	1S18	2S18	1S19	12 meses
Exposição	4.104	9.929	5.825	19.858
Total de hedge com instrumentos derivativos	4.150	10.000	5.850	20.000
Cobertura				101%

Tipos de Instrumento de Hedge				
Instrumento Derivativo - NDF de câmbio	1S18	2S18	1S19	12 meses
Preço Inicial - R\$/US\$*	3,1963	3,1963	3,1963	3,1963
Nocional em US\$ mil	4.150	10.000	5.850	20.000
Valor Justo em R\$ mil	438	1.056	618	2.112

(*) Para NDF de câmbio, o preço reflete o preço de entrada na operação.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CORRENTE E DIFERIDO)

O valor do imposto de renda e da contribuição social apurado no 1T18 foi de R\$ 4,3 milhões e no 1T17 foi de R\$ 5,7 milhões.

RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO

No 1T18 a Companhia registrou resultado líquido ajustado de R\$ 27,0 milhões negativo, em comparação com o resultado líquido ajustado de R\$ 4,4 milhões positivo no 1T17.

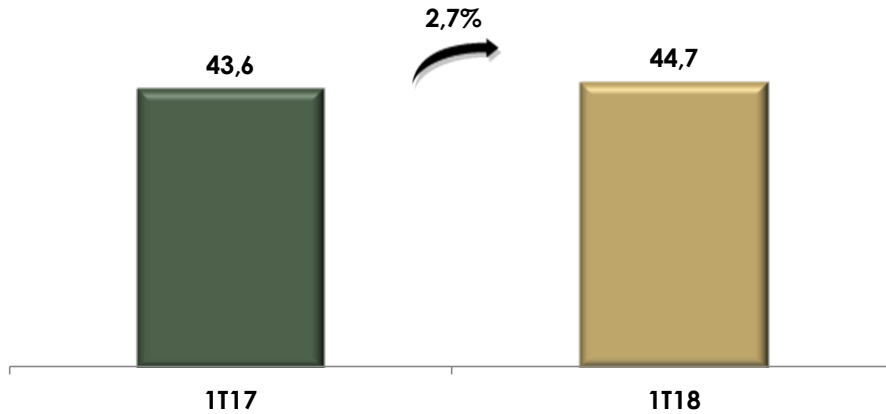
Reconciliação do Resultado Líquido Ajustado			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Resultado Líquido	4,4	(64,7)	-
(+) Não recorrentes	-	37,7	-
Resultado Líquido Ajustado	4,4	(27,7)	-
Margem - Resultado Líquido Ajustado	7,3%	-43,7%	-

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado no 1T18 foi de R\$ 44,7 milhões, com margem de 72,6%, e acréscimo de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 43,6 milhões.

Reconciliação do EBITDA Ajustado			
R\$ milhões	1T17	1T18	Var.
Resultado líquido	4,4	(64,7)	-
(+) IRPJ / CSLL	5,7	4,3	-24,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	32,2	66,4	106,2%
(+) Depreciação e Amortização	1,3	1,0	-22,4%
EBITDA	43,6	7,0	-83,8%
(+) Não Recorrentes	-	37,7	-
EBITDA Ajustado	43,6	44,7	2,7%
Margem EBITDA Ajustado	72,5%	72,6%	0,1 p.p.

**EBITDA AJUSTADO
(R\$ milhões)**

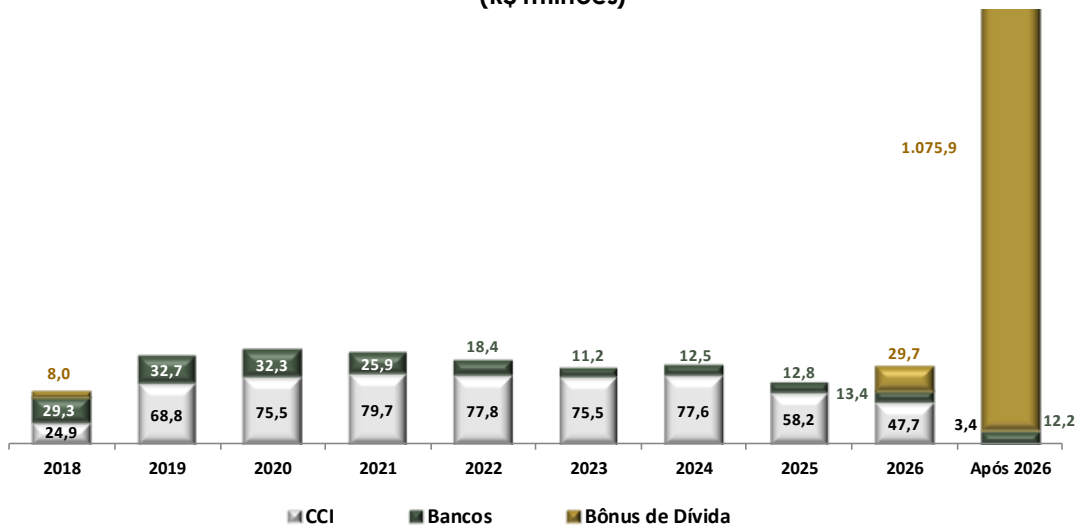


ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento bruto da Companhia em 31 de março de 2018 totalizou R\$ 1.903,4 milhões. Em 31 de dezembro de 2017 este endividamento era de R\$ 1.899,7 milhões.

Considerando a posição de caixa da Companhia (caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras) em 31 de março de 2018 de R\$ 109,8 milhões, o endividamento líquido total foi de R\$ 1.793,6 milhões. No 4T17 o endividamento líquido foi de R\$ 1.789,5 milhões.

**CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO
(R\$ milhões)**



R\$ milhões															
Instituição Financeira	Vencim.	Indexador	Taxa	31/03/18	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Após 2026	
BNDES - PINE FINAME	set-19	-	8,7%	0,3	0,1	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	
BNDES - HSBC FINEM	ago-21	SELIC	6,8%	15,5	3,4	4,6	4,5	3,0	-	-	-	-	-	-	
BNDES - HSBC FINEM	ago-21	TJLP	6,8%	25,9	5,8	7,6	7,5	5,0	-	-	-	-	-	-	
BNDES - ITAÚ CCB	nov-20	TJLP	6,3%	13,0	3,7	4,8	4,5	-	-	-	-	-	-	-	
BNDES - ITAÚ CCB	nov-20	SELIC	4,6%	4,3	1,2	1,6	1,5	-	-	-	-	-	-	-	
BNDES - ITAÚ CCB	nov-20	-	3,5%	0,4	0,1	0,1	0,2	-	-	-	-	-	-	-	
DEBÊNTURES - SB BONSUCESSO	out-22	CDI	2,8%	17,9	3,0	3,8	3,9	3,9	3,3	-	-	-	-	-	
DEBÊNTURES - SB BONSUCESSO	out-22	IPCA	7,5%	26,0	5,9	5,0	5,0	5,0	5,1	-	-	-	-	-	
DEBÊNTURES - FAT EMPREED.	out-27	CDI	3,5%	80,9	4,4	2,8	2,9	6,7	7,7	8,9	10,2	11,7	13,4	12,2	
BNB	jun-25	-	3,5%	16,5	1,7	2,2	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	1,1	-	-	
CCI - SANTANDER	jun-22	TR	11,0%	36,2	5,3	7,7	8,5	9,5	5,2	-	-	-	-	-	
CCI - HABITASEC	nov-24	IPCA	7,0%	60,3	5,7	7,7	8,3	8,9	9,5	10,2	10,0	-	-	-	
CCI - HABITASEC	jun-25	IPCA	7,0%	33,9	2,8	3,9	4,2	4,5	4,8	5,2	5,5	3,0	-	-	
CCI - HABITASEC	dez-24	IPCA	7,0%	47,2	4,4	6,0	6,4	6,9	7,3	7,8	8,4	-	-	-	
CCI - ITAÚ	set-26	TR	9,9%	281,9	0,3	33,7	36,7	36,8	36,7	36,7	36,8	36,7	27,5	-	
CCI - ITAÚ BBA	jan-27	TR	10,0%	66,8	2,5	4,3	5,5	6,8	7,5	8,4	9,2	10,2	11,3	1,1	
CCI - HABITASEC	mar-27	IPCA	6,5%	62,8	3,9	5,5	5,9	6,3	6,8	7,2	7,7	8,3	8,9	2,3	
BONUS DE DÍVIDA 2010/2011 (*)	-	USD	10,0%	553,2	7,6	-	-	-	-	-	-	-	-	545,6	
BONUS DE DÍVIDA	ago-26	USD	10%/12%	30,1	0,4	-	-	-	-	-	-	-	29,7	-	
BONUS DE DÍVIDA 2012 (*)	-	USD	13,2%	530,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	530,3	
Total dos Empréstimos e Financiamentos				1.903,4	62,2	101,5	107,8	105,6	96,2	86,7	90,1	71,0	90,8	1.091,5	

*Pépetuo com possibilidade de call

Para o critério das agências de *Ratings* que monitoram a Companhia (*Fitch e Moody's*), 50% da emissão de bônus de Dívida Perpétuos Subordinados são considerados Capital.

EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme Fato Relevante divulgado em 03 de abril de 2018, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao fato relevante divulgado em 28 de dezembro de 2017, que em 02 de abril de 2018, foi concluída, a venda da participação equivalente a 70% do empreendimento comercial denominado "INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS" ao INTERNACIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, (anteriormente denominado CASCAIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO), nos termos e condições previstos no referido fato relevante.

Nos termos do Compromisso de Venda, parte relevante desses recursos deverá ser obrigatoriamente utilizada para quitar diversos endividamentos da Companhia vinculados ao INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS, bem como vinculados a OUTROS EMPREENDIMENTOS da Companhia, tais como, mas não se limitando a, cartas-fiança, securitizações, debêntures e repasses de recursos a financiamentos, todos denominados em Reais e que compartilham garantia de (i) alienação fiduciária da participação da Companhia no INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS e (ii) cessão fiduciária dos respectivos recebíveis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO			
R\$ mil	1T17	1T18	Var.
Receita Bruta	67.535	69.420	2,8%
De Aluguéis	47.871	48.226	0,7%
De Serviços	19.664	21.194	7,8%
Deduções da Receita	(7.480)	(7.818)	4,5%
Pis / Cofins	(4.579)	(4.917)	7,4%
ISS	(816)	(720)	-11,8%
Descontos	(2.085)	(2.181)	4,6%
Receita Líquida	60.055	61.602	2,6%
Custos dos Aluguéis e Serviços	(6.166)	(6.364)	3,2%
Pessoal	(423)	(524)	23,9%
Depreciação	(626)	(456)	-27,2%
Ocupação	(3.825)	(4.018)	5,0%
Serviços de Terceiros	(1.292)	(1.366)	5,7%
Resultado Bruto	53.889	55.238	2,5%
Despesas Operacionais	(11.628)	(49.221)	323,3%
Gerais e Administrativas	(12.131)	(12.266)	1,1%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	503	(36.955)	-
Lucro Antes do Resultado Financeiro	42.261	6.017	-85,8%
Resultado Financeiro	(32.202)	(66.395)	106,2%
Resultado Antes do IR e da CS	10.059	(60.378)	-
IR/CS	(5.666)	(4.274)	-24,6%
Resultado Líquido	4.393	(64.652)	-

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO		
ATIVO R\$ mil	31/03/2018	31/12/2017 (reclassificado)
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	108.172	108.647
Contas a receber	59.678	66.192
Tributos a recuperar	12.259	10.876
Propriedade para investimento em negociação para venda	996.069	996.069
Outras contas a receber	15.585	15.182
Total do circulante	1.191.763	1.196.966
NÃO CIRCULANTE		
Aplicações financeiras	1.612	1.588
Contas a receber	5.008	5.983
Tributos a recuperar	2.760	3.658
Empréstimos a receber com terceiros	7.754	8.282
Partes relacionadas	48.487	47.255
Depósitos e cauções	5.211	6.158
Outras contas a receber	125	215
Propriedades para investimento	2.150.962	2.268.849
Imobilizado	4.160	4.411
Intangível	16.237	16.942
Total do não circulante	2.242.316	2.363.341
TOTAL DO ATIVO	3.434.079	3.560.307

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	12.543	13.320
Empréstimos e financiamentos	46.646	47.714
Salários e encargos sociais	2.277	2.093
Impostos, taxas e contribuições	129.580	107.579
Impostos parcelados	2.089	2.344
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	39.537	32.487
Partes relacionadas	19.931	20.036
Receitas de cessões a apropriar	15.655	24.793
Outras contas a pagar	2.897	2.698
Total do circulante	271.155	253.064
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	1.267.631	1.258.469
Receitas de cessões a apropriar	75.757	149.201
Impostos parcelados	15.645	16.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.274	96.355
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.980	1.485
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	549.603	561.005
Total do não circulante	2.002.890	2.082.557
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.160.034	1.224.686
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.434.079	3.560.307

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
R\$ mil	31/03/2018	31/03/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(64.652)	4.393
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do período com o caixa líquido (aplicado nas)/ provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.028	1.318
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.295	1.900
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	495	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.081)	-
Imposto de renda e contribuição social	(8.348)	5.666
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, CCI e bônus perpétuo	48.286	49.086
Encargos financeiros sobre parcelamento de impostos	138	783
Variação cambial	5.619	(28.588)
(Aumento)/ redução dos ativos operacionais		
Contas a receber	6.194	7.392
Tributos a recuperar	(485)	1.051
Contas a receber - cessões	-	5.670
Outras contas a receber	(313)	1.471
Depósitos e cauções	947	(463)
Aumento/ (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(777)	(3.292)
Impostos, taxas e contribuições	30.349	3.683
Salários e encargos sociais	184	112
Receitas de cessões a apropriar	(82.582)	(7.862)
Outras contas a pagar	199	(225)
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das operações	(66.504)	42.112
Pagamento de juros	(25.513)	(30.471)
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades operacionais	(92.017)	11.641
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Baixa de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível	132.511	9.143
Aplicação financeira e aplicação vinculada	(24)	(1.078)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do ativo intangível	(14.696)	(9.439)
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de investimento	117.791	(1.374)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos, financiamentos e CCI	-	5.433
Custo de captação de empréstimos, financiamentos, CCI e Bônus Perpétuo	-	(5.434)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e CCI	(24.843)	(29.320)
Novos parcelamento de tributos	67	5.386
Pagamento do principal de parcelamento de impostos	(664)	(2.200)
Partes relacionadas	(809)	(3.704)
Caixa líquido (aplicado nas)/ proveniente das atividades de financiamento	(26.249)	(29.839)
(Redução)/ aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(475)	(19.572)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	108.647	59.771
No final do período	108.172	40.199

Nota: Os indicadores operacionais e financeiros não foram objetos de auditoria pelos nossos auditores independentes.

GLOSSÁRIO

ABL Própria	Área bruta locável ponderada pela participação da Companhia nos Shopping Centers.
ABL Total	Área bruta locável, que corresponde à soma de todas as áreas disponíveis para a locação nos Shopping Centers, exceto quiosques e as áreas comerciais de propriedade de quartos.
Aluguel Mínimo	Aluguel base, definido em contrato de locação.
Aluguel Percentual de Vendas	Diferença entre o aluguel mínimo e o aluguel com base no percentual de vendas do lojista.
CPC 06	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que trata da linearização da receita.
CPC 28	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que tem por objetivo prescrever o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.
CPC 38	Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil que trata do reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros.
EBITDA Ajustado	Refere-se ao lucro bruto menos as despesas operacionais, mais a depreciação e amortização acrescida das despesas não recorrentes.
EBITDA Ajustado por m²	EBITDA Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
FFO Ajustado	Funds From Operations: Lucro Líquido Ajustado + Depreciação + Amortização.
FFO por m²	FFO dividido pela ABL própria média no período.
Lojas Âncoras	Grandes lojas conhecidas do público, com características estruturais e mercadológicas especiais, que funcionam como força de atração de consumidores, assegurando permanente afluência e trânsito uniforme destes em todas as áreas do Shopping Center.
Lojas Satélites	Lojas de varejo especializadas, de menor porte, destinadas ao comércio em geral.
Lucro Líquido Ajustado	Lucro Líquido mais as despesas não recorrentes.
Lucro Líquido Ajustado por m²	Lucro Líquido Ajustado dividido pela ABL própria média no período.
Malls	Áreas comuns dos Shopping Centers (corredores) locadas para a colocação de stands, Quiosques e similares.
Merchandising	Aluguel de espaço para propaganda e promoções de produtos e serviços.
NOI	Net Operating Income: Receita Líquida menos custo de aluguéis e serviços, mais a depreciação e amortização.
NOI por m²	NOI dividido pela ABL própria média no período.
Taxa de Ocupação	ABL locada no Shopping Center.
Vacância	ABL não locada no Shopping Center.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

1. Contexto operacional

A General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) foi constituída em 06 de março de 2007 e, a partir de 31 de março de 2007, após sucessivas operações societárias, por meio das quais a participação detida no capital das sociedades com atividades de shopping centers, bem como a participação detida no capital social das sociedades prestadoras de serviços aos shoppings centers, foi agrupada, respectivamente, em duas empresas distintas: (a) Levian Participações e Empreendimentos Ltda. e (b) Atlas Participações Ltda. Atualmente a participação da Companhia no capital das Sociedades com atividades em shoppings centers está agrupada na Levian Participações Empreendimentos Ltda. e na Securis Administradora e Incorporadora Ltda.

Conforme aprovação em AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) no 26 de março de 2018, a Companhia alterou a razão social de General Shopping Brasil S.A. para a denominação General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

A Companhia negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla GSHP3.

A Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de um programa restrito patrocinado de Global Depositary Shares com base no Regulation S e Rule 144A (GDSs), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 22 de julho de 2016. Em 18 de julho de 2016, a CVM aprovou o pedido. Nesse contexto, o The Bank of New York Mellon atua como a instituição depositária do Programa de GDS e responsável pela emissão dos respectivos certificados. As ações ordinárias da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA e representam lastro dos GDS à razão de 1 (um) GDS para cada 73 (setenta e três) ações. O Itaú Unibanco S.A. atua como a instituição custodiante das ações da Companhia no Brasil. O estabelecimento do programa GDS envolveu a emissão de 11.000.000 (onze milhões) de novas ações ordinárias em decorrência da incorporação da controlada indireta Druz Administradora e Incorporadora Ltda., conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19. As novas ações emitidas ficaram em poder da controlada direta GS Investments Limited. Do montante das ações que não serviram de lastro para o programa de GDS, foram canceladas 6.564.301 ações conforme ata da reunião do conselho de administração realizada em 04 de agosto de 2017. O saldo remanescente de 1.923.550 ações permanece em tesouraria nominal à Companhia.

A controladora imediata e final da Companhia é a Golf Participações Ltda., estabelecida no Brasil.

A sede da Companhia está localizada em São Paulo - SP, na Avenida Angélica, nº 2.466, 24º andar - conjunto 241.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. (Companhia) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 11 de maio de 2018.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2018 abrangem a Companhia e suas controladas, (conjuntamente referidas como Grupo e individualmente como entidades do Grupo).

A General Shopping e Outlets do Brasil S.A. e suas controladas (doravante referidas como Companhia) tem como atividade preponderante: **(a)** administração de bens próprios e de terceiros; **(b)** participação em negócios mobiliários e **(c)** incorporação imobiliária e atividades correlatas ou semelhantes.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e que foram incluídas nas informações contábeis consolidadas são as seguintes:

- **ABK do Brasil - Empreendimentos e Participações Ltda. (ABK):** tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente a ABK é detentora de uma fração ideal de 50% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda., e possui participação de 49,9% nas ações da Nova União Administradora e Incorporadora S.A., incorporada na Levian Participações e Empreendimentos Ltda em 09 de fevereiro de 2018;
- **ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. (ALTE):** tem por objeto social a prestação de serviços de provedor de acesso às redes de comunicações, serviços de comunicação multimídia - SCM, provedor de voz sobre protocolo internet - VOIP. Em 10/04/2013 foi alterada a razão social de ALTE Administradora e Incorporadora Ltda. para ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. e, o seu objeto social, que anteriormente previa a administração de bens próprios, promoção de empreendimentos de qualquer natureza e participação em empreendimentos ou empresa de qualquer natureza;
- **Andal Administradora e Incorporadora Ltda. (Andal):** tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Andal é detentora de uma fração ideal de 99,9% do Suzano Shopping Center;
- **Ast Administradora e Incorporadora Ltda. (Ast):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária, participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários e locação de equipamentos de segurança e câmeras de vídeo;
- **Atlas Participações Ltda. (Atlas):** tem por objeto social a administração de bens próprios e participação em outras sociedades. Atualmente, a Atlas possui participação integral na I Park Estacionamentos Ltda., Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda., Wass Comércio e Serviços de Água Ltda., General Shopping e Outlets do Brasil Administradora e Serviços Ltda., Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., GS Park Estacionamentos Ltda.; ALTE Telecom Comércio e Serviços Ltda. e 100 % na BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A.;
- **Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (Bac):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

-
- **Bail Administradora e Incorporadora Ltda. (Bail):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária;
 - **BOT Administradora e Incorporadora Ltda. (BOT):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários. A BOT possui participação de 100% nas cotas da Manzanza Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda;
 - **Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (Brassul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Brassul é detentora de 100% das cotas da Sale Empreendimentos e Participações Ltda.;
 - **BR Brasil Retail Administradora e Incorporadora S.A. (BR Brasil):** tem por objeto social o desenvolvimento e administração de projetos envolvendo o planejamento, participação e desenvolvimento de sociedades de comércio varejista e atacadista, bem como aquisição, criação e administração de empresas com atuação no setor de varejo, franquias, máster franquias, empresas franqueadoras e/ ou com potencial de se tornarem franqueadoras, todas com atuação no Brasil.
 - **Cly Administradora e Incorporadora Ltda. (Cly):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Cly é detentora de 60% do Internacional Shopping Guarulhos, incorporada na Levian Participações e Empreendimentos Ltda em 09 de fevereiro de 2018.;
 - **Cristal Administradora e Incorporadora S.A. (Cristal);** tem por objeto social a incorporação imobiliária, a venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, a administração de bens próprios e de terceiros, a participação como quotista ou acionista em outras empresas e a participação em empreendimentos imobiliários. A Cristal é detentora de propriedades não operacionais às atividades de Shopping Centers, alienada em 28 de junho de 2017.
 - **Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Delta):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Delta é detentora de 0,1% do Suzano Shopping Center;
 - **Eler Administradora e Incorporadora Ltda. (Eler):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Eler é detentora de 24% do Internacional Shopping Guarulhos, incorporada na Levian Participações e Empreendimentos Ltda, em 09 de fevereiro de 2018;
 - **Energy Comércio e Serviços de Energia Ltda. (Energy):** tem por objeto social a compra, venda e a locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia e prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria. Atualmente a Energy presta serviços de locação de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia ao Internacional Shopping Guarulhos, Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Suzano Shopping, Outlet Premium São Paulo, Parque Shopping Barueri, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador, Shopping do Vale, Parque Shopping Maia, Outlet Premium Rio de Janeiro, Parque Shopping Sulacap e Unimart Shopping;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- **ERS Administradora e Incorporadora Ltda. (ERS):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e incorporação imobiliária. A empresa ERS é proprietária de 50% do Shopping Outlet Premium Rio de Janeiro;
- **FAT Empreendimentos e Participações S/A. (FAT):** tem por objeto social incorporações imobiliárias, a de venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda e administração de bens próprios e de terceiros, bem como participação como quotista e acionista em outras empresas e participação em empreendimentos imobiliários;
- **FIPARK Estacionamentos Ltda (FIPARK):** tem por objeto a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios e de terceiros. Atualmente a FIPARK é responsável pela administração dos estacionamentos do Internacional Guarulhos Shopping Center, Parque Shopping Maia, Shopping Bonsucesso.
- **FLK Administradora e Incorporadora Ltda. (FLK):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e incorporação imobiliária. A FLK é proprietária de 52% do Outlet Premium Salvador, na Bahia;
- **Fonte Administradora e Incorporadora Ltda. (Fonte):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Fonte é proprietária de 51% do Parque Shopping Sulacap, no Rio de Janeiro;
- **Fundo de Investimento Imobiliário (FII Top Center):** cujo objeto consiste na aquisição de empreendimento imobiliário, desde que aprovado pela Assembleia Geral de Cotistas, visando auferir receitas por meio da valorização dos imóveis, da locação ou do arrendamento e das vendas dos imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário, conforme permitido pelo regulamento do Fundo, pela lei e pelas disposições da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- **GAX Administradora e Incorporadora Ltda. (GAX):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A GAX é detentora de 50% do Outlet Premium São Paulo;
- **General Shopping e Outlets do Brasil Administradora e Serviços Ltda. (GSB Administradora):** tem por objeto social a administração de bens próprios ou de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a GSB Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Shopping Center, Suzano Shopping Center, Poli Shopping, Cascavel JL Shopping, Shopping do Vale, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Unimart Shopping, Parque Shopping Barueri, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Parque Shopping Maia e Outlet Premium Rio de Janeiro;
- **General Shopping Finance Limited (General Shopping Finance):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A General Shopping Finance é detentora de 27,5% das cotas da Levian Participações e Empreendimentos Ltda.;
- **GS Finance II Limited (GS Finance II):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- **GS Investments Limited (GS Investments):** empresa sediada nas Ilhas Cayman, que tem por objeto social desenvolver atividades e operações relativas à Companhia ou às suas subsidiárias. A GS Investments é detentora de 45,3% das cotas da Securis Administradora e Incorporadora Ltda.;
- **GS Park Estacionamentos Ltda. (GS Park):** tem por objeto social a administração de estacionamentos de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros. Atualmente a GS Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Sulacap, Internacional Guarulhos Auto Shopping e Outlet Premium Rio de Janeiro;
- **I Park Estacionamentos Ltda. (I Park):** tem por objeto social a exploração do ramo específico de estacionamento de veículos automotores em geral, próprios ou de terceiros, por administração. Atualmente a I Park é responsável pela administração dos estacionamentos do Suzano Shopping Center, Cascavel JL Shopping, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Unimart, Shopping do Vale e Parque Shopping Barueri;
- **Indui Administradora e Incorporadora Ltda. (Indui):** têm por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Indui é detentora de 50% do Outlet Premium Brasília;
- **Internacional Guarulhos Auto Shopping Center Ltda. (ASG Administradora):** tem por objeto social a administração de bens próprios ou de terceiros, prestação de serviços de administração de centros comerciais e predial, prestação de outros serviços complementares, suplementares ou correlatos às suas atividades e, também, a participação em outras sociedades, sob qualquer forma. Atualmente, a ASG Administradora é administradora do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center;
- **Levian Participações e Empreendimentos Ltda. (Levian):** tem por objeto social a administração de bens próprios, participação em outras sociedades e demais atividades complementares e correlatas. Atualmente a Levian é detentora de uma fração ideal de 100% do Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, 80,1% do Internacional Shopping Guarulhos e 0,5% do Shopping Unimart. A Levian também possui participação no Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda. (100%), Send Empreendimentos e Participações Ltda. (90,9%), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda. (100%), Fonte Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), POL Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), BOT Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Bac Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Mai Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), FLK Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (29,2%), Atlas Participações Ltda. (100%), FIPARK Estacionamentos Ltda (100%), BUD Administradora e Incorporadora Ltda. (100%), BAC Administradora e Incorporadora Ltda. (100%) e EDO Empreendimentos e Participações S.A (100%). Em 09 de fevereiro de 2018 incorporou as seguintes investidas: ABK Participações e Empreendimentos Ltda, Nova União Administradora e Incorporadora S.A., Cly Administradora e Incorporadora Ltda., Eler Participações e Empreendimentos Ltda;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- **MAI Administradora e Incorporadora Ltda. (MAI):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária;
- **Manzana Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda. (Manzana):** tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria e administração de shopping centers e a administração de bens próprios. A Manzana é proprietária de um terreno em Atibaia;
- **Nova União Administradora e Incorporadora S.A. (Nova União):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, participação em negócios mobiliários e imobiliários, incorporação imobiliária e atividades correlatas ou assemelhadas. A Nova União é detentora de 6% do Internacional Shopping Guarulhos, Em 9 de fevereiro de 2018 foi incorporada pela Levian Participações e Empreendimentos Ltda.;
- **Pentar Administradora e Incorporadora Ltda. (Pentar):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Pentar é detentora de 99,5% do Unimart Shopping;
- **POL Administradora e Incorporadora Ltda. (POL):** tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários;
- **Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda. (Poli Empreendimentos):** tem por objeto social a exploração do ramo de shopping centers, por meio da locação de imóveis próprios ou da sublocação de imóveis locados de terceiros. Atualmente, a Poli Empreendimentos é a detentora de 50% do Poli Shopping Center;
- **Sale Empreendimentos e Participações Ltda. (Sale):** tem por objeto social a compra, venda, locação, urbanização, hipoteca, incorporação, construção e a administração de bens imóveis de sua propriedade e de terceiros ou em condomínio. A Sale é detentora de 84,4% do Shopping do Vale;
- **SB Bonsucesso Administradora e Incorporadora S.A. (SB Bonsucesso):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A SB Bonsucesso é detentora de 63,4% do Shopping Bonsucesso;
- **Securis Administradora e Incorporadora Ltda. (Securis):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a incorporação imobiliária. A Securis é detentora de 100% das cotas das empresas: Andal Administradora e Incorporadora Ltda., Ardan Administradora e Incorporadora Ltda., Bail Administradora e Incorporadora Ltda., ERS Administradora e Incorporadora Ltda., FAT Empreendimentos e Participações S/A., GAX Administradora e Incorporadora Ltda., SB Bonsucesso Administradora e Incorporadora S.A., XAR Administradora e Incorporadora Ltda., Bavi Administradora e Incorporadora Ltda., Eler Administradora e Incorporadora Ltda (cindida para Levian Participações e Empreendimentos Ltda em 09 de fevereiro de 2018), Indui Administradora e Incorporadora Ltda., Fundo de Investimento Imobiliário FII Top Center, Tequs Administradora e Incorporadora Ltda., Vanti Administradora e Incorporadora Ltda., Rumb Administradora e Incorporadora Ltda., Tela Administradora e Incorporadora Ltda., Palo Administradora e Incorporadora Ltda e Pentar Administradora e Incorporadora Ltda. A Securis também possui participação na Send Empreendimentos e Participações Ltda. (9,1%) e é detentora de 0,1% do Shopping Bonsucesso;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- **Send Empreendimentos e Participações Ltda. (Send):** tem por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades. A Send é detentora de 100% das cotas da Uniplaza Empreendimento Participação e Administração de Centro de Compras Ltda. e de 85,5% do Cascavel JL Shopping;
- **Uniplaza Empreendimentos Participações e Administração de Centros de Compras Ltda. (Uniplaza):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e de centros comerciais, próprios e de terceiros, a incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários;
- **Vide Serviços e Participações Ltda. (Vide):** tem por objeto social serviços de divulgações institucionais, administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias e participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários;
- **Vul Administradora e Incorporadora Ltda. (Vul):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários. A Vul é proprietária de 63,5% do Parque Shopping Maia;
- **Wass Comércio e Serviços de Águas Ltda. (Wass):** tem por objeto social a locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água, bem como a prestação de serviços de instalação, manutenção e consultoria inerentes. Atualmente, a Wass é responsável pela locação de equipamentos para exploração, tratamento e distribuição de água para o Internacional Guarulhos Shopping Center, Internacional Guarulhos Auto Shopping Center, Cascavel JL Shopping, Suzano Shopping, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Shopping do Vale, Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Shopping Bonsucesso, Outlet Premium Salvador, Parque Shopping Maia e Outlet Premium Rio de Janeiro;
- **XAR Administradora e Incorporadora Ltda. (XAR):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporações imobiliárias, a participação em outras empresas e em empreendimentos imobiliários. A XAR é detentora de 48% do Parque Shopping Barueri;
- **Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. (Zuz):** tem por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros, incorporação imobiliária e a participação em outras empresas e empreendimentos imobiliários.

As controladas Bud Administradora e Incorporadora Ltda. (Bud), BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (BR Outlet), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda. (Premium Outlet), Jauá Administradora e Incorporadora Ltda. (Jauá), Bavi Administradora e Incorporadora Ltda. (Bavi), Tequs Administradora e Incorporadora Ltda. (Tequs), Ardan Administradora e Incorporadora Ltda. (Ardan), Rumb Administradora e Incorporadora Ltda. (Rumb), Vanti Administradora e Incorporadora Ltda. (Vanti), Tela Administradora e Incorporadora Ltda. (Tela), Palo Administradora e Incorporadora Ltda. (Palo) e EDO Empreendimentos e Participações S.A. (EDO), têm por objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e, a incorporação imobiliária. As empresas não possuem operações em 31 de março de 2018.

A Companhia detém participação direta, em 31 de março de 2018 e de 2017, nos seguintes empreendimentos:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	31/03/2018			31/12/2017		
	Part.	ABL Total (m ²)	ABL Própria (m ²)	Part.	ABL Total (m ²)	ABL Própria (m ²)
Shopping Center						
Poli Shopping Guarulhos	50,0%	4.527	2.264	50,0%	4.527	2.264
Internacional Shopping	80,1%	77.080	61.741	90,0%	77.080	69.372
Auto Shopping	100,0%	11.477	11.477	100,0%	11.477	11.477
Suzano Shopping	100,0%	19.583	19.583	100,0%	19.583	19.583
Cascavel JL Shopping	85,5%	8.877	7.590	85,5%	8.877	7.590
Shopping do Vale	84,4%	16.487	13.913	84,4%	16.487	13.913
Unimart Shopping Campinas	100,0%	14.961	14.961	100,0%	14.961	14.961
Outlet Premium São Paulo	50,0%	21.570	10.785	50,0%	21.570	10.785
Parque Shopping Barueri	48,0%	37.420	17.962	48,0%	37.420	17.962
Outlet Premium Brasília	50,0%	16.116	8.058	50,0%	16.116	8.058
Shopping Bonsucesso	63,5%	24.437	15.517	63,5%	24.437	15.517
Outlet Premium Salvador	52,0%	14.964	7.781	52,0%	14.964	7.781
Parque Shopping Sulacap	51,0%	28.770	14.673	51,0%	28.770	14.673
Parque Shopping Maia	63,5%	31.711	20.136	63,5%	31.711	20.136
Outlet Premium Rio de Janeiro	50,0%	20.936	10.468	50,0%	20.936	10.468
		348.916	236.909		348.916	244.540

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas****2.1.1. Declaração de conformidade**

A Companhia apresenta suas Informações Intermediárias da Controladora e do Consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e estão identificadas como “Controladora” e “Consolidado” respectivamente.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****2.1.2. Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas**

As informações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que opera) de cada controlada. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

As controladas localizadas no exterior (General Shopping Finance, GS Finance II e a GS Investments) não possuem corpo gerencial próprio nem independência administrativa, financeira e operacional, portanto, a moeda funcional definida foi o real (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

2.1.3. Moeda estrangeira

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

2.2. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base, sendo consistentes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.1.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla, ou não, outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

As controladas foram consolidadas integralmente incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ ou passivo mantidos entre as empresas consolidadas e (c) receitas e despesas, bem como lucros não realizados, quando aplicável, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. Em 31 de março de 2018 a Companhia não possui participação de não controladores a ser apresentado.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Os resultados das controladas (inclusive fundos de investimento imobiliário) adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos na demonstração do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da alienação, conforme aplicável.

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. A Companhia revisou as práticas contábeis adotadas pelas controladas no exterior e não identificou diferenças com aquelas adotadas no Brasil, a serem ajustados no patrimônio líquido e no resultado do período desses investimentos antes de apurar o resultado e a equivalência patrimonial.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é resumida como segue:

	% - 31/03/2018 - participação no capital	% - 31/12/2017 - participação no capital
Controladas diretas		
Levian	100%	100%
Securis	100%	100%
General Shopping Finance	100%	100%
GS Finance II	100%	100%
GS Investments	100%	100%
Controladas indiretas		
ABK	-	99,7%
Alte	100%	100%
Andal	100%	100%
Ardan (sem operação)	100%	100%
ASG Administradora	100%	100%
Ast	100%	100%
Atlas	100%	100%
Bac	100%	100%
Bail	100%	100%
Bavi (sem operação)	100%	100%
Bot	100%	100%
Br Outlet (sem operação)	100%	100%
BR Retail	100%	100%
Brassul	100%	100%
Bud (sem operação)	100%	100%
Cly	-	100%
Delta	100%	100%
EDO (sem operação)	100%	100%
Eler	-	100%
Energy	100%	100%
ERS	100%	100%
FAT	100%	100%
FII Top Center	100%	100%
FIPARK	100%	100%
FLK	100%	100%
Fonte	100%	100%
GAX	100%	100%
GSB Administradora	100%	100%
GS Park	100%	100%
Indui	100%	100%
Ipark	100%	100%
Jauá (sem operação)	100%	100%
MAI	100%	100%
Manzanza	100%	100%
Nova União	-	99,8%
Palo (sem operação)	100%	100%

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	% - 31/03/2018 - participação no capital	% - 31/12/2017 - participação no capital
Pentar	100%	100%
POL	100%	100%
Poli Shopping	100%	100%
Premium Outlet (sem operação)	100%	100%
Rumb (sem operação)	100%	100%
Sale	100%	100%
SB Bonsucesso	100%	100%
Send	100%	100%
Tela (sem operação)	100%	100%
Tequs (sem operação)	100%	100%
Uniplaza	100%	100%
Vanti (sem operação)	100%	100%
Vide	100%	100%
Vul	100%	100%
Wass	100%	100%
XAR	100%	100%
Zuz	100%	100%

2.3. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 R2 (IAS 28), para fins de informações contábeis intermediárias da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido ou prejuízo atribuível aos acionistas da Controladora.

As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento das demonstrações contábeis, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

2.4. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo diretor-presidente.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros**Reconhecimento e mensuração**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, contas a pagar, bônus perpétuos, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Classificação

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados nas seguintes categorias:

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

b) Ativo e passivos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de elaboração das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado da Companhia correspondem aos empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outras contas a receber, também, os empréstimos e financiamentos bancários e saldos a pagar de conta corrente com partes relacionadas, exceto pela conta corrente, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. A Nota Explicativa n° 26 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento de cada período. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Quando um instrumento financeiro for um derivativo listado em bolsa, seu valor justo deve ser mensurado por meio de técnicas de avaliação com base em cotações em mercado ativo, em que o preço utilizado para o cálculo do valor justo é o de fechamento de cada mês. No caso dos derivativos não listados, ou seja, via balcão, o valor justo deverá ser calculado por meio de métodos de avaliação a valor presente por desconto de fluxo de caixa futuro, também com base em informação de mercado no último dia do mês.

2.8. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

-
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
 - extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.9. Contas a receber e partes relacionadas

Registradas primeiramente pelos valores faturados, com base nos contratos de aluguéis e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento de receita de aluguéis de forma linear, apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na rubrica “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

2.10. Propriedades para investimento

São representadas por terrenos e edifícios em shopping centers mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9.

As propriedades para investimento são inicialmente registradas pelo custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, exceto pelas propriedades em construção (“greenfields”) e terrenos para futura expansão. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período ou exercício em que forem gerados.

As propriedades para investimento em construção (“greenfields”) são reconhecidas pelo custo de construção até o momento em que entrem em operação ou quando a Companhia consiga mensurar com confiabilidade o valor justo do ativo.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Os custos incorridos relacionados a propriedades para investimento em utilização, como: manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como custo na demonstração do resultado do período a que se refere.

As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômico-futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado. Nas operações em que o investimento é realizado em regime de coempresamento, onde a alienação de participação no projeto ocorre antes da conclusão das obras, os valores pagos pelo sócio à Companhia são mantidos no passivo como adiantamentos até a efetiva transferência dos riscos e benefícios da propriedade do bem (conclusão das obras), quando a diferença entre os valores líquidos da alienação e o valor contábil proporcional do ativo é reconhecida no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção, quando aplicável, são capitalizados.

2.11. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado, prospectivamente.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

2.13. Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de março de 2018 e 2017, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis.

As propriedades para investimentos estão avaliadas ao seu valor justo, as variações de acordo com os laudos de avaliação são registradas em conta de resultado do período ou exercício.

2.14. Outros ativos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômico-futuros. São demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais, auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

2.15. Outros passivos (circulante e não circulante)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período ou exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos a obrigação.

2.17. Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários

Constituída para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência da administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 18.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

2.18. Custo de empréstimos - capitalização de juros

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados à aquisição, construção ou produção de propriedades de investimento em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização desses encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo desses ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e presumido e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços, 8% sobre o ajuste a valor justo e sobre a venda de propriedades para investimentos, 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica à alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.20. Reconhecimento de receitas

A receita de aluguéis é reconhecida de forma linear com base no prazo dos contratos, levando em consideração o reajuste contratual e a cobrança de 13° aluguel, e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços.

Nossas receitas derivam principalmente das seguintes atividades:

a) Aluguel

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como stands de venda e inclui a locação de espaços comerciais para publicidade e promoção. O aluguel de lojas a lojistas de shopping centers corresponde ao maior percentual das receitas da Companhia.

b) Estacionamento

Refere-se à receita com a exploração de estacionamentos.

c) Serviços

Referem-se à receita da gestão de administração e de suprimento de energia e água dos shoppings centers.

d) Receitas de cessões a apropriar

As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas e usufrutos de frações ideais do estacionamento do Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Maia e Shopping Suzano são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo respectivo do primeiro contrato de aluguel, ou do contrato de direitos de uso, ou do contrato de usufruto.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

2.21. Propriedade para investimento em negociação para venda (Alienação)

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda para a alienação de uma propriedade para investimento, estes ativos são classificados para o ativo circulante, seguindo as premissas do CPC 28 - Propriedade para investimento. A propriedade para investimento deve ser baixada (eliminada do balanço patrimonial) na alienação ou quando a propriedade para investimento for permanentemente retirada de uso e nenhum benefício econômico for esperado da sua alienação.

2.22. Lucro / Prejuízo básico e diluído por ação

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33), o resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período ou exercício e da média ponderada das ações em circulação no respectivo período ou exercício. No caso da Companhia, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação, uma vez que a Companhia não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

2.23. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A Informação intermediária do Valor Adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias.

2.24. Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as IFRS, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Companhia e de suas controladas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas informações contábeis intermediárias.

As estimativas devem ser determinadas com base no melhor conhecimento existente, na data de aprovação das demonstrações contábeis, dos eventos e das transações em curso e de acordo com a experiência de eventos passados e/ ou correntes.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

a) Valor justo das propriedades para investimento

A Companhia contratou uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, em que avalia as propriedades para investimento da Companhia anualmente.

Os valores justos são baseados nos valores de mercado das suas propriedades para investimento, e o valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. Cálculo esse baseado através de uma inspeção detalhada, incluindo análises dos históricos, situações atuais, perspectivas futuras, localizações das propriedades para investimento avaliadas além dos mercados em geral.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas, quando aplicável, reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que a Companhia tenha diferenças temporárias tributáveis (IR e CS diferido passivo) suficientes. Esses prejuízos se referem à Companhia que apresenta histórico de prejuízos e não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as avaliações patrimoniais das propriedades para investimentos são calculados pela sistemática de tributação do lucro presumido.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

2.25.1. Em vigor para períodos e exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:**Norma: IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Principais pontos introduzidos pela norma: A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não na demonstração do resultado do exercício.

Impactos da adoção: A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente (outros investimentos) ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).

Norma IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

Principais pontos introduzidos pela norma: Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

Impactos da adoção: A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****2.25.2. Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:****Norma IFRS 16 - Leases**

Principais pontos introduzidos pela norma: Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção: A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
Em reais				
Caixa	12	12	48	48
Bancos	3	4	1.654	1.662
Em dólar norte-americano				
Bancos (a)	-	-	82	54
	15	16	1.784	1.764
Aplicações financeiras				
Em reais				
CDB (b)	2.209	2.209	13.204	9.473
Compromissada (b)	-	-	25.038	24.648
Conta remunerada	7	20	871	1.293
Fundo de investimento exclusivo (c)				
Caixa	-	-	10	10
Fundo de Investimento	-	-	121	84
LFT	-	-	49.053	52.287
Letras financeiras	-	-	15.451	2.184
Compromissada	-	-	2.640	16.904
Total de aplicações financeiras	2.216	2.229	106.388	106.883
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.231	2.245	108.172	108.647
Aplicações financeiras circulante	-	-	-	-
Aplicações financeiras não circulante	-	-	1.612	1.588
Total de aplicações financeiras	-	-	1.612	1.588

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- (a) Em 31 de março de 2018, o total do saldo de caixa e bancos é de R\$ 1.784 (consolidado), sendo o montante de R\$ 82 depositado em conta corrente no exterior e é indexado ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2017, do total do saldo de R\$ 1.764 (consolidado), o montante de R\$ 54 estava depositado em conta corrente no exterior e era indexado ao dólar norte-americano;
- (b) Recursos aplicados em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e Compromissadas nos bancos Santander e Itaú com rendimento em média 99,3% do CDI;
- (c) Em 31 de março de 2018, a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo é composta substancialmente por títulos emitidos por instituições financeiras no Brasil e títulos públicos federais de alta liquidez, registrados por seus valores de realização, que remuneram em média 99,5% do CDI. Esse fundo não possui obrigações significativas com terceiros, estando essas limitadas às taxas de administração de ativos e outros serviços inerentes às operações de fundos.

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa são investimentos com prazo de resgate inferior a 90 dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Aluguéis a receber e outros	95.258	101.452
Perda com créditos de liquidação duvidosa	(30.572)	(29.277)
Total	64.686	72.175
Circulante	59.678	66.192
Não circulante	5.008	5.983

As contas a receber de clientes são apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos, variações monetárias auferidas e efeitos decorrentes da linearização da receita, calculados “pro rata dia” até a data do balanço. Esses valores nominais correspondem aproximadamente aos respectivos valores presentes pelo fato de serem realizáveis em curto prazo.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor contábil das contas a receber mencionadas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das modalidades de cobrança (aluguéis, serviços e outros), considerando a média histórica de perdas, o acompanhamento periódico da Administração, no que tange à situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limite de crédito, a análise dos créditos vencidos há mais de 180 dias e o acompanhamento permanente de seu saldo devedor, entre outros. A carteira de clientes que não foi provisionada refere-se a clientes cuja análise individual da sua situação financeira não demonstrou que estes seriam não realizáveis.

A Companhia considera para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção, multiplicados por 12); as garantias aceitas (imóvel, carta de fiança, seguro etc.); a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

A movimentação da provisão para Perda com créditos de liquidação duvidosa para os exercícios findos em 31 de março de 2018 e de 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(29.277)	(24.656)
Créditos provisionados e créditos baixados no exercício	(1.295)	(4.621)
Saldo no final do exercício	(30.572)	(29.277)

A composição das contas a receber faturadas por período de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	48.541	57.332
Vencidas		
Até 30 dias	2.761	2.019
De 31 a 60 dias	1.759	1.738
De 61 a 90 dias	1.654	1.095
De 91 a 180 dias	2.572	2.799
Acima de 180 dias	37.971	36.469
	46.717	44.120
Total	95.258	101.452

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Em 31 de março de 2018, o montante de R\$ 7.399 do “Contas a receber” (R\$ 7.192 em 31 de dezembro de 2017) encontra-se vencido há mais de 180 dias, mas não provisionado. A Companhia entende que os demais valores vencidos estão devidamente negociados com os clientes e não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são considerados recuperáveis.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras	-	1	2.838	3.934
IRRF a recuperar	69	67	842	845
Imposto Sobre Serviços (ISS)	-	-	149	127
PIS e COFINS a recuperar	-	-	571	520
Imposto de renda - antecipações	1.719	1.406	8.926	7.593
Contribuição social - antecipações	579	468	1.449	1.305
Outros impostos a recuperar	-	-	244	210
Total	2.367	1.942	15.019	14.534
Circulante	2.367	1.942	12.259	10.876
Não circulante	-	-	2.760	3.658

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Despesas de seguros a apropriar	138	19	378	95
Adiantamento a fornecedores	31	24	3.303	3.645
Adiantamento de benefícios trabalhistas	80	136	91	158
Despesas a apropriar	747	7	1.005	7
Valores a receber de outros empreendimentos	-	-	8.605	9.538
Comissões a apropriar	-	-	1.514	1.431
Dividendos a receber	-	-	-	-
Outras contas a receber	463	791	814	523
Total	1.459	977	15.710	15.397
Circulante	1.459	977	15.585	15.182
Não circulante	-	-	125	215

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com partes relacionadas

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas, as controladas e os condomínios civis realizam operações comerciais e financeiras entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional relacionados ao fornecimento de água e energia e às instalações elétricas; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estacionamentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomados no âmbito de convenções de condomínios.

Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia, exceto com relação ao saldo de conta corrente sobre os quais não incidem encargos financeiros.

A Administração negocia contratos com partes relacionadas individualmente, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores, atendimento de padrões de qualidade, fazendo, assim, com que a contratação de parte relacionada reflita a opção que melhor atende aos interesses da Companhia em relação a prazos, valores e condições de qualidade, quando comparados com outros contratantes similares.

Os saldos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, na controladora, são apresentados a seguir:

	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
General Shopping Finance (a)	1.933	1.933
General Shopping Investments (a)	11.629	11.629
Securis (b)	18.757	18.767
Andal	9.959	9.959
I Park	6.659	6.659
Outros	1.956	2.560
Total	50.893	51.497

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	Controladora	
	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
Levian (b)	152.367	146.897
Total	152.367	146.897

(a) Referem-se aos custos para emissão dos bônus perpétuos pagos pela Companhia;

(b) Referem-se aos demais empréstimos sobre os quais não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento.

Os saldos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, no consolidado, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Ativo		
Condomínio Unimart Campinas (c)	326	487
BR Partners Bahia Empreendimentos Imob.	149	149
Condomínio Outlet Premium RJ (c)	1.655	1.655
Condomínio Outlet Premium Brasília (c)	2.466	2.466
Condomínio do Vale (c)	1.516	1.360
Condomínio Bonsucesso (c)	1.893	1.893
Condomínio Parque Shop Sulacap (c)	3.135	3.135
Condomínio Volunt. Civil Parque Shop Maia (c)	5.568	4.977
Fundo de Investimento Imobiliário Sulacap - FII	653	653
Golf Participações Ltda. (a)	28.913	28.062
Nova Poli Shopping Center	100	100
Pessoas físicas (c)	1.780	1.780
PNA Empreendimentos Imobiliários Ltda.	146	146
Outros (c)	187	392
Total - Não circulante	48.487	47.255

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Passivo		
SAS Venture LLC (b)	19.931	19.836
Outros (c)	-	200
Total	19.931	20.036

(a) O empréstimo ao acionista e controlador está sujeito a encargos financeiros de 1% ao mês. Não há prazo previsto para o recebimento;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- (b) Na reorganização societária, o capital social da controlada Park Shopping Administradora foi reduzido e está sendo devolvido ao então acionista SAS Ventures LLC em parcelas iguais e semestrais, desde 14 de setembro de 2007;
- (c) Sobre os demais empréstimos não incidem encargos financeiros nem há prazo definido de vencimento;

b) Remuneração dos administradores

Nos períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo (ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, participação nos lucros e assistência médica) de R\$ 1.411 e R\$ 1.315, respectivamente, conforme descrito a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Pró labore	954	954
Remuneração variável e encargos	191	169
Benefícios	266	192
Total	1.411	1.315

Não foi pago nenhum valor a título de: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo) e (iii) remuneração com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 26 de março de 2018, foi aprovada a remuneração global de R\$ 12.450 para o exercício de 2018 (R\$ 12.450 para o exercício de 2017).

8. INVESTIMENTOS

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Resultado da equivalência patrimonial	Saldos dos Investimentos	
							31/03/2018	31/12/2017
Controladas diretas - Investimentos								
Levian	72,49	486.888.144	671.651	18.114	1.686.222	17.126	1.086.571	1.069.445
Securis	25,48	169.710.466	666.019	(2.301)	663.718	(586)	172.515	173.101
GS Investments	100	50.000	-	(76.839)	173.567	(76.839)	19.334	96.173
GS Finance II	100	50.000	81	-	34	-	34	34
			1.337.751	(61.026)	2.523.541	(60.299)	1.278.454	1.338.753
Provisão para perdas em investimentos em sociedades controladas								
General Shopping Finance	100	50.000	81	1.448	13.960	1.448	(21.486)	(22.934)
			81	1.448	13.960	1.448	(21.486)	(22.934)
Saldo líquido			1.337.832	(59.578)	2.537.501	(58.851)	1.256.968	1.315.819

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido
Controladas indiretas - Levian					
Atlas	100%	3.816.399	3.816	3.900	86.948
Bac	100%	10.000	10	(1)	(14.634)
Bot	100%	51.331.650	51.332	30	64.847
BR Outlet	100%	10.000	10	(3)	(20)
Brassul	100%	25.630.617	25.631	(460)	60.921
Bud	100%	10.000	10	(1)	(3)
Delta	100%	72.870.112	72.870	2	70.076
EDO	100%	10.000	0	0	0
FIPARK	100%	10.000	10	630	2.876
FLK	100%	12.686.271	12.686	295	59.626
Fonte	100%	224.098.764	224.099	318	123.699
Jauá	100%	10.000	10	(1)	25
MAI	100%	1.409.558	1.410	(3)	1.583
Manzanza	100%	21.078.331	21.078	(28)	18.443
POL	100%	58.921.553	58.922	47	51.500
Poli	100%	425.000	425	268	14.522
Premium Outlet	100%	10.000	10	(1)	2
Sale	100%	14.702.069	14.702	(436)	61.456
Securis	29,2	194.579.548	666.019	(2.301)	663.718
Send	90,9%	262.581.624	289.000	(5.655)	351.347
Uniplaza	100%	42.948.318	42.948	(805)	34.060
Vul	100%	350.689.894	350.690	(2.664)	169.575
Zuz	100%	58.139.780	58.140	41	93.705

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Patrimônio Líquido
Controladas indiretas - Atlas					
Alte	100%	50.000	50	0	(1.767)
ASG Administradora	100%	20.000	20	30	115
Ast	100%	1.497.196	1.497	581	4.987
BR Brasil Retail	100%	100	0	(7)	(3.720)
Energy	100%	10.000	10	3.264	44.444
GS Park	100%	10.000	10	144	1.065
GSB Administradora	100%	1.906.070	1.906	2.868	47.413
lpark	100%	3.466.160	3.466	(1.001)	30.145
Vide	100%	10.000	10	(2)	(217)
Wass	100%	10.000	10	1.097	22.362

	% - Participação	Quantidade de ações/ quotas detidas	Capital social	Lucro/ (prejuízo) do exercício	Patrimônio Líquido
Controladas indiretas - GS Investment					
Andal	100%	5.068.000	5.068	325	180.710
Ardan	100%	10.000	10	(1)	5
Bail	100%	10.000	10	(5)	649
Bavi	100%	10.000	10	(1)	(25)
ERS	100%	29.597.841	29.598	(673)	(38.078)
FAT	100%	10.000	10	(2.254)	(3.077)
FII Top Center	100%	11.813.778	11.839	(29)	(49)
GAX	100%	10.000	10	971	103.615
Indui	100%	10.000	10	583	72.725
Palo	100%	10.000	0	(1)	(1)
Pentar	100%	10.000	10	(369)	106.137
Rumb	100%	10.000	10	(1)	5
SB Bonsucesso	100%	93.292.158	93.292	(345)	197.061
Send	9,1%	26.397.889	289.000	(5.655)	351.347
Securis	45,3%	301.728.958	666.019	(2.301)	663.718
Tela	100%	10.000	0	(1)	(1)
Tegus	100%	10.000	10	(1)	5
Vanti	100%	10.000	10	(1)	5
XAR	100%	786.849	787	(119)	(87)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

A movimentação para o período findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.062.530
Resultado de equivalência patrimonial	253.289
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.315.819
Resultado de equivalência patrimonial	(58.851)
Saldo em 31 de março de 2018	1.256.968

9. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Consolidado		Total
	Em operação	Projetos "Greenfields" em construção (i)	
Saldo em 31/12/2016	2.763.030	206.360	2.969.390
Aquisição / Adições	64.670	-	59.502
Alienação (i)	-	(20.331)	(20.331)
Transferência para imobilizado	(7.693)	-	(2.525)
Transferência para "Propriedade para investimentos em negociação para venda" (ii)	(936.950)	(58.448)	(995.398)
Ajuste a valor justo (iii)	258.211	-	258.211
Saldo em 31/12/2017	2.141.268	127.581	2.268.849
Aquisição / Adições	14.624	-	14.624
Alienação (iv)	(132.511)	-	(132.511)
Saldo em 31/03/2018	2.023.381	127.581	2.150.962

(i) Alienação de terrenos

(ii) Transferência para "Propriedade para investimento em negociação para venda" refere-se à participação de 70% no Internacional Shopping Guarulhos, conforme nota explicativa nº 29.

(iii) Montantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) Alienação de 9,9% do Internacional Shopping Guarulhos

Propriedades para investimento dadas em garantia de empréstimos estão descritos nas Notas Explicativas nº 12 e 13.

Avaliação a valor justo

O valor justo de cada propriedade para investimento em operação é avaliada ao final de cada exercício, para o exercício de 2017 foi determinado por meio de avaliação efetuada por uma entidade especializada independente (CB Richard Ellis).

A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento a valor justo é a preceituada pelo The Royal Institution of Chartered Surveyors (R.I.C.S.), da Grã-Bretanha, e pelo Appraisal Institute, dos Estados Unidos, os quais são internacionalmente utilizados e reconhecidos para casos de avaliação e demais análises.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas da propriedade em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento.

Para as avaliações de 31 de dezembro de 2017, foram elaborados fluxos de caixa de 10 anos, desconsiderando a inflação que possa vir a existir nesse período. A taxa média de desconto aplicada ao fluxo de caixa foi de 10,53% e a taxa média de capitalização (perpetuidade) adotada no 10º ano do fluxo foi de 8,30%.

10. IMOBILIZADO

	% - Taxa de depreciação	Controladora					
		31/03/2018			31/12/2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	2 a 4	587	(208)	379	587	(202)	385
Móveis e utensílios	8 a 15	523	(261)	262	523	(252)	271
Máquinas e equipamentos	8 a 15	1.410	(700)	710	1.410	(665)	745
Computadores e periféricos	15 a 25	1.431	(1.273)	158	1.415	(1.253)	162
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8 a 15	694	(345)	349	694	(330)	364
Adiantamento a fornecedores	-	307	-	307	307	-	307
Total		4.952	(2.787)	2.165	4.936	(2.702)	2.234

	% - Taxa de depreciação	Consolidado					
		31/03/2018			31/12/2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edificações	2 a 4	1.596	(1.216)	380	1.596	(1.210)	386
Móveis e utensílios	8 a 15	6.136	(4.849)	1.287	6.093	(4.656)	1.437
Máquinas e equipamentos	8 a 15	2.193	(1.051)	1.142	2.193	(1.008)	1.185
Veículos	15 a 25	143	(117)	26	143	(114)	29
Computadores e periféricos	8 a 15	3.150	(2.866)	284	3.135	(2.826)	309
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8 a 15	6.444	(5.899)	545	6.444	(5.875)	569
Adiantamento a fornecedores		496	-	496	496	-	496
Total		20.158	(15.998)	4.160	20.100	(15.689)	4.411

Movimentação do ativo imobilizado, conforme demonstrado a seguir, para o período findo em 31 de março de 2018:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	Controladora				31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	
Edificações	385	-	-	(6)	379
Móveis e utensílios	271	-	-	(9)	262
Máquinas e equipamentos	745	-	-	(35)	710
Computadores e periféricos	162	16	-	(20)	158
Benfeitorias em imóveis de terceiros	364	-	-	(15)	349
Adiantamento a fornecedores	307	-	-	-	307
Total	2.234	16	-	(85)	2.165

	Consolidado					31/03/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência PPI	
Edificações	386	-	-	(6)	-	380
Móveis e utensílios	1.437	43	-	(193)	-	1.287
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	1.185	-	-	(43)	-	1.142
Veículos	29	-	-	(3)	-	26
Computadores e periféricos	309	15	-	(40)	-	284
Benfeitorias em imóveis de terceiros	569	-	-	(24)	-	545
Adiantamento a fornecedores	496	-	-	-	-	496
Total	4.411	58	-	(309)	-	4.160

11. INTANGÍVEL

	% - Taxa de amortização	Controladora					
		31/03/2018			31/12/2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes		397	-	397	397	-	397
Vida útil definida							
Softwares	20	19.022	(14.969)	4.053	19.020	(14.485)	4.535
Total		19.419	(14.969)	4.450	19.417	(14.485)	4.932

	% - Taxa de amortização	Consolidado				
		31/03/2018		31/12/2017		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido		
Vida útil indefinida						
Marcas e patentes		-	4.096	-	4.096	
Vida útil definida						
Softwares			20	21.678	(17.021)	4.657
Direito de uso - Shopping Suzano (a)			1,67	4.505	(555)	3.950
Direito renovação de contratos (b)			10	7.970	(4.436)	3.534
Total			38.249	(22.012)	16.237	

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	% - Taxa de amortização	Custo	Consolidado	
			31/12/2017	31/03/2018
			Amortização acumulada	Valor líquido
Vida útil indefinida				
Marcas e patentes	-	4.083	-	4.083
Vida útil definida				
Softwares	20	21.677	(16.501)	5.176
Direito de uso - Shopping Suzano (a)	1,67	4.505	(555)	3.950
Direito renovação de contratos (b)	10	7.970	(4.237)	3.733
Total		38.235	(21.293)	16.942

(a) Em 30 de julho de 2012, a Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura Municipal de Suzano a quantia de R\$ 4.505, pelo direito real de uso com encargos de uma área com metragem total de 11.925,71 m² no Município de Suzano/ SP, para instalação de centros comerciais. O referido direito possui prazo de 60 anos e é amortizado nesse período de forma linear;

(b) Através de laudo de avaliação foi identificado como ativo intangível com vida útil definida, decorrente da aquisição de 100% das cotas da SB Bonsucesso Administradora de Shoppings S.A. o direito de renovação dos contratos (gestão de contratos), que se refere à renovação automática dos contratos de locação dos inquilinos do Shopping Bonsucesso. O método utilizado foi de fluxo de caixa descontado com prazo de vida útil em 10 anos.

A movimentação do intangível para o período findo em 31 de março de 2018 é como segue:

	Prazo de vida útil	Método de Amortização	Controladora				
			31/12/2017	Adições	Amortização	Baixa	31/03/2018
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	-	-	397	-	-	-	397
Vida útil definida							
Softwares	5 anos	Linear	4.535	1	(483)	-	4.053
Total			4.932	1	(483)	-	4.450

	Prazo de vida útil	Método de Amortização	Consolidado				
			31/12/2017	Adições	Amortização	31/03/2018	
Vida útil indefinida							
Marcas e patentes	-	-	4.083	13	-	-	4.096
Vida útil definida							
Softwares	5 anos	Linear	5.176	1	(520)	-	4.657
Direito de uso do Shopping Suzano	60 anos	Linear	3.950	-	-	-	3.950
Direito de renovação dos contratos	10 anos	Linear	3.733	-	(199)	-	3.534
Total			16.942	14	(719)	-	16.237

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos					
Títulos de crédito perpétuo (a)	US\$	10%	-	553.217	550.738
Títulos de crédito perpétuo (b)	US\$	13%	-	530.329	515.075
Bônus de dívida (b)	US\$	10%/12%	2026	30.062	30.665
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) PINE FINAME (c)	R\$	9%	2019	262	305
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Bradesco FINEM (i)	R\$	6,8% + TJLP	2021	25.896	27.761
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Bradesco FINEM (j)	R\$	6,8% + Selic	2021	15.494	16.363
Debêntures - SB Bonsucesso (d) - CDI	R\$	2,7% + CDI	2022	17.933	18.907
Debêntures - SB Bonsucesso (d) - IPCA	R\$	7,5% + IPCA	2022	26.040	25.152
Banco Nordeste do Brasil (e)	R\$	3,53%	2025	16.394	16.962
Banco Itaú - FINEM (f) - TJLP	R\$	5,3% + TJLP	2020	12.982	14.183
Banco Itaú - FINEM (g) - SELIC	R\$	5,3% + SELIC	2020	4.305	4.634
Banco Itaú - FINEM (h) - 3,5%	R\$	3,5%	2020	438	480
Debêntures - Fat (k)	R\$	3,5% + CDI	2027	80.925	84.958
Total				1.314.277	1.306.183
Passivo circulante				46.646	47.714
Passivo não circulante				1.267.631	1.258.469

(a) Em 09 de novembro de 2010, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 200.000, correspondente a R\$ 339.400 na data da captação.

Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. De acordo com o prospecto de emissão de títulos perpétuos, os recursos captados são destinados à liquidação antecipada dos CCI e ao investimento em “greenfields” e expansões. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 11.483 e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 19 de abril de 2011, a controlada General Shopping Finance captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 50.000, correspondente a R\$ 78.960, na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com pagamentos trimestrais de juros à taxa de 10% ao ano. A General Shopping Finance tem a opção de recompra dos títulos a partir de 09 de novembro de 2015. Como garantia à operação, foram dados avais de todas as subsidiárias, exceto da GSB Administradora, da ASG Administradora e do FII Top Center. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 758 e o custo efetivo da operação foi de 10,28%.

Em 27 de outubro de 2015, foi realizada a recompra de parte dos cupons do “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), no valor de US\$ 85.839, correspondente a R\$ 335.750 na data da recompra.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

(b) Em 20 de março de 2012, a controlada GS Investments Limited captou, por meio da emissão de títulos de crédito perpétuo denominados “Bônus perpétuos” (perpetual bonds), o montante de US\$ 150.000, correspondente a R\$ 271.530 na data da captação. Os títulos são denominados em dólares norte-americanos, com juros de 12% ao ano pagos semestralmente até o 5º ano da data de emissão, após o 5º ano até o 10º ano da data de emissão, 5 Year US Treasury mais 11,052 % ao ano, pagos semestralmente, e do 10º ano em diante, USD LIBOR de três meses mais 10,808 % e 1%, pagos trimestralmente. A emissora poderá diferir os juros indefinidamente e sobre os valores diferidos incidirão juros à taxa aplicável indicada anteriormente, acrescidos de 1% ao ano. No caso do diferimento dos juros a Companhia somente poderá distribuir o equivalente a 25% do lucro líquido referente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos na legislação brasileira. A GS Investments Limited poderá resgatar os títulos a seu critério, total ou parcialmente, no 5º ano contado da data de emissão, no 10º ano contado da data de emissão e em cada data de pagamento de juros após essa data. Os títulos terão garantia os avais da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. e das seguintes subsidiárias: General Shopping do Brasil S.A., Ast Administradora e Incorporadora Ltda., BOT Administradora e Incorporadora Ltda., BR Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Brassul Shopping Administradora e Incorporadora Ltda., Bud Administradora e Incorporadora Ltda., Cly Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Levian), Delta Shopping Empreendimentos Imobiliários Ltda., ERS Administradora e Incorporadora Ltda., FLK Administradora e Incorporadora Ltda., Intesp Shopping Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Securis), I Park Estacionamentos Ltda., Levian Participações e Empreendimentos Ltda., MAI Administradora e Incorporadora Ltda., Manzanha Consultoria e Administração de Shopping Centers Ltda., Poli Shopping Center Empreendimentos Ltda., PP Administradora e Incorporadora Ltda. (incorporada na Securis), Premium Outlet Administradora e Incorporadora Ltda., Sale Empreendimentos e Participações Ltda., Securis Administradora e Incorporadora Ltda., Send Empreendimentos e Participações Ltda., Sulishopping Empreendimentos Ltda. (incorporada na Securis), Uniplaza Empreendimentos, Participações e Administração de Centros de Compra Ltda., Vide Serviços e Participações Ltda., Vul Administradora e Incorporadora Ltda. e Zuz Administradora e Incorporadora Ltda. O custo de emissão dos títulos perpétuos foi de R\$ 12.581.

Não existem “covenants” financeiros nas operações de emissão de bônus perpétuos. Os “covenants” definidos referem-se à: (i) limitação de gravames aos ativos (exceto os gravames permitidos, incluindo os financiamentos BNDES, os refinanciamentos de operações existentes e certas securitizações, entre outros), devendo manter a proporção de ativos não gravados/ dívida não securitizada em condições “pari pasu” as condições dadas a ativos gravados/dívida securitizada; (ii) limitação das operações de venda e “lease-back” aos ativos atuais com prazo superior a três anos, nas mesmas condições de (i) anterior e (iii) limitação de transações com afiliadas, incorporação, fusão ou transferência de ativos.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

-
- Em 10 de Agosto de 2016, foi liquidado no âmbito de oferta de permuta o valor de US\$ 34.413 mil. Para tal operação, foram emitidos novos Bonds Perpétuos de dívida sênior no valor de US 8.923 mil com garantia e vencimento em 2026 (10%/12% Senior Secured PIK Toggle Notes due 2016) e 34.413 Global Depositary Share (GDS) como lastro de ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 73 ações ordinárias para cada 1 GDS, totalizando 2.512.149 ações ordinárias. Os Bonds Perpétuos que foram permutados no âmbito da Oferta de Permuta foram cancelados;
- (c) Financiamento captado durante o último trimestre de 2011 para aquisição de equipamentos da construção do Parque Shopping Barueri por meio da linha de FINAME do BNDES no valor R\$ 937 e taxa de 8,7% ao ano. Em janeiro de 2012, foi adicionado R\$ 105 ao contrato existente. O prazo do contrato é de 96 meses, tendo 24 meses de carência e 72 meses de amortização;
- (d) Em 26 de outubro de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em duas espécies (DI e IPCA), para distribuição pública com esforços restritos de colocação da SB Bonsucesso Administradora de Shoppings S.A. O valor total das debêntures é de R\$ 78.000, dívidas na série DI de R\$ 39.000 com a taxa de 2,75% a.a. + CDI, com amortizações mensais de principal e juros e prazo total de 120 meses. A série IPCA no valor de R\$ 39.000 tem taxa de 7,5% a.a. + IPCA, com pagamento de juros semestral e amortização anual e prazo total de 10 anos (120 meses);
- (e) Em 13 de novembro de 2013, foi captado por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) do Banco do Nordeste do Brasil S.A, foi liberado em 13 de novembro de 2013 o valor de R\$ 15.344, em 30 de dezembro de 2013 foi liberado o valor de R\$ 7.942 e em 19 de agosto de 2016 foi liberado o valor de R\$ 1.910, totalizando o montante de R\$ 25.196 à taxa de 3,53% de juros ao ano. O prazo do contrato é de 139 meses.
- (f) Em 24 de fevereiro de 2014 foram liberados R\$ 28.009, em 23 de abril de 2014 foram liberados R\$ 199, totalizando o valor de R\$ 28.208. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo Banco Itaú BBA S.A., à taxa de 5,3% a.a. + TJLP e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.
- (g) Em 24 de fevereiro de 2014 foram liberados R\$ 7.002, em 24 de abril de 2014 foram liberados R\$ 50, totalizando o valor de R\$ 7.052. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo Banco Itaú BBA S.A., à taxa de 4,6% a.a. + SELIC e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.
- (h) Em 22 de abril de 2014 foram liberados R\$ 985, captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo Banco Itaú BBA S.A., à taxa de 3,5% a.a e tem prazo de 83 meses, sendo 11 meses de carência e 72 meses de amortização.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- (i) Em 25 de novembro de 2014 foram liberados R\$ 25.900, em 11 de março de 2015 foram liberados R\$ 9.100, em 18 de maio de 2015 foram liberados R\$ 7.700, em 28 de julho de 2015 foram liberados R\$ 1.494 totalizando o valor de R\$ 44.194. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo BRADESCO, à taxa de 6,8% a.a. + TJLP e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.
- (j) Em 25 de novembro de 2014 foram liberados R\$ 11.100, em 11 de março de 2015 foram liberados R\$ 3.900, em 18 de maio de 2015 foram liberados R\$ 3.300, em 28 de julho de 2015 foram liberados R\$ 640, totalizando o valor de R\$ 18.940. Estes valores foram captados por meio de operação de financiamento na modalidade FINEM/BNDES. Esta operação foi efetuada pelo BRADESCO, à taxa de 6,8% a.a. + SELIC e tem prazo total de 84 meses, sendo 12 meses de carência e 72 meses de amortização.
- (k) Em 16 de novembro de 2017 foi assinado o Instrumento Particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples e de série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da FAT Empreendimentos e Participações S.A. O valor total das debêntures é de R\$ 90.000, com taxa de 3,5% a.a. + CDI, com pagamento de juros e amortizações mensais e prazo de 120 meses.

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros etc.).

A composição das parcelas em 31 de março de 2018, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Ano	
2018	37.300
2019	32.832
2020	32.187
2021	25.950
2022 em diante	1.186.008
	1.314.277

Por não ter data de vencimento, as captações por meio de emissão de bônus perpétuos foram classificadas como dívida a vencer de 2022 em diante.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para o trimestre findo em 31 de março de 2018 é como segue:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	1.216.094
Captações	-	90.000
Custo de captação	-	(4.945)
Amortização do custo de captação	-	1.209
Pagamentos - principal	-	(61.742)
Pagamentos - juros	-	(74.275)
Variação cambial	-	16.447
Encargos financeiros	-	123.395
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	1.306.183
Captações	-	-
Custo de captação	-	-
Amortização do custo de captação	-	291
Pagamentos - principal	-	(10.463)
Pagamentos - juros	-	(19.048)
Variação cambial	-	5.619
Encargos financeiros	-	31.695
Saldo em 31 de março de 2018	-	1.314.277

Encargos financeiros e custos de transação

Os encargos financeiros e custos de transação dos empréstimos e financiamentos são capitalizados e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do instrumento contratado, pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

13. CÉDULAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

	Moeda	% - Taxa	Vencimento	Consolidado	
				31/03/2018	31/12/2017
Empresa controlada					
Andal (a)	R\$	11% + TR	2022	36.210	37.876
Send (b)	R\$	7% + IPCA	2024	60.339	61.430
Böt (c)	R\$	6,95% + IPCA	2024	47.208	48.061
Pol (d)	R\$	6,9% + IPCA	2025	33.870	34.377
Eler (e)	R\$	9,9% + TR	2026	281.882	280.761
Ers (f)	R\$	10% + TR	2027	66.848	67.630
Pentar (g)	R\$	6,5% + IPCA	2027	62.783	63.357
				589.140	593.492
Passivo circulante				39.537	32.487
Passivo não circulante				549.603	561.005

(a) Em junho de 2012, a controlada Andal efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCIs. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 63.911. O montante captado será pago em 120 parcelas mensais, acrescidas de juros de 11% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel denominado Shopping Suzano e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Shopping Suzano. O custo de captação foi de R\$ 959. O custo efetivo da operação foi de TR + 11,17%;

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

-
- (b) Em 13 de novembro de 2012, a controlada SEND, por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitasec Securitizadora S.A., realizou a captação de R\$ 67.600, com taxa de 7% a.a. + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Parque Shopping Barueri e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Parque Shopping Barueri;
- (c) Em 08 de janeiro de 2013, a controlada Bot Administradora e Incorporadora Ltda, por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitasec Securitizadora S.A., realizou a captação de R\$ 50.814, com taxa de 6,95% a.a. + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Outlet Premium;
- (d) Em 20 de junho de 2013, a controlada Pol Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitasec Securitizadora S.A., realizou a captação de R\$ 36.965, com taxa de 6,95% ao ano + IPCA. Esta operação tem prazo de 144 meses. Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium Brasília e (ii) alienação fiduciária de recebíveis do Outlet Premium Brasília;
- (e) Em 26 de março de 2014, a controlada Eler Administradora e Incorporadora Ltda, efetuou captação de recursos por meio da emissão de CCIs, para a securitização dos recebíveis de aluguéis do imóvel onde está localizado o Internacional Guarulhos Shopping Center. O valor total das CCIs emitidas é de R\$ 275.000. O montante captado será pago em 144 parcelas mensais (até abril de 2026), acrescidas de juros de 9,9% ao ano e da atualização anual da Taxa Referencial (TR). Em garantia das CCIs, foram concedidas: (i) alienação fiduciária do imóvel, com valor contábil de R\$ 201.829; (ii) cessões fiduciárias dos créditos decorrentes do contrato e (iii) alienação fiduciária de ações e cotas da subsidiárias Nova União e Eler. Os custos de captação de R\$ 10.706 das CCIs foram deduzidos do principal e estão sendo amortizados em 144 parcelas de forma linear. Em 01 de agosto de 2014, o Itaú Unibanco cedeu as CCIs para a Ápice Securitizadora;
- (f) Em 13 de janeiro de 2015, a controlada Ers Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI), em favor de Ápice Securitizadora, realizou a captação de R\$ 75.000 com taxa de 10% ao ano + TR. Esta operação tem prazo de 145 meses. Em garantia das CCIs foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel denominado Outlet Premium Rio de Janeiro e (ii) alienação fiduciária parcial dos recebíveis da Gsb Administradora e Serviços;
- (g) Em 27 de março de 2017, a controlada Pentar Administradora e Incorporadora Ltda., por meio da emissão de Cédulas de Créditos Imobiliários (CCI) em favor de Habitasec Securitizadora S.A., realizou a captação de R\$ 71.045, com taxa de 6,5% ao ano + IPCA. Esta operação tem prazo de 120 meses. Em garantia das CCIs foram concedidas: (i) alienação fiduciária da fração ideal do imóvel (ii) e alienação fiduciária de recebíveis do Shopping Unimart.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

Os contratos não preveem a manutenção de indicadores financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

A composição da parcela em 31 de março de 2018, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Consolidado
Ano	
2018	24.922
2019	68.706
2020	75.592
2021	79.611
2022 em diante	340.309
Total	589.140

A movimentação das CCIs, para o período findo em 31 de março de 2018, é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	601.298
Captações	71.046
Custo de captação	(5.466)
Amortização do custo de captação	3.652
Pagamentos - principal	(78.177)
Pagamentos - juros	(64.609)
Encargos financeiros	65.748
Saldo em 31 de dezembro de 2017	593.492
Amortização do custo de captação	1.011
Pagamentos - principal	(14.380)
Pagamentos - juros	(6.272)
Encargos financeiros	15.289
Saldo em 31 de março de 2018	589.140

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Repasse luvas e aluguéis - sócios (a)	-	-	2.035	1.918
Repasse para condomínios	-	-	149	31
Adiantamento de clientes	-	-	509	495
Outros	7	6	204	254
Total	7	6	2.897	2.698

(a) Refere-se ao valor a repassar de luvas e aluguéis aos sócios dos empreendimentos: Parque Shopping Barueri, Poli Shopping, Cascavel JL Shopping, Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Sulacap, Parque Shopping Maia, Internacional Shopping Guarulhos, Outlet Premium São Paulo, Outlet Premium Brasília, Outlet Premium Salvador e Outlet Rio de Janeiro.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

15. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	154	158	11.007	11.164
INSS	700	734	700	734
ISS	-	-	5.513	5.546
Imposto de renda e contribuição social	99	123	514	942
Total	953	1.015	17.734	18.386
Passivo circulante	293	292	2.089	2.344
Passivo não circulante	660	723	15.645	16.042

A Companhia em 2009 e 2014 ingressou no parcelamento de débitos tributários, em consonância com as Leis nº 11.941/2009 (REFIS), Lei nº 12.996/2014 (REFIS) e no parcelamento simplificado de débitos tributários.

A estimativa da Administração é de que o saldo de 31 de março de 2018 dos referidos parcelamentos REFIS e simplificado sejam liquidados nos prazos de 180 e 60 meses, respectivamente, utilizando o número de parcelas fixas, sendo estas atualizadas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A movimentação dos débitos para o período findo em 31 de março de 2018, estimados pela Companhia, relativos aos impostos parcelados, contemplando o montante do principal acrescido de juros e multa no exercício, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2016	57.480
Novos parcelamentos	7.258
Pagamento - principal	(4.291)
Pagamentos - juros	(1.358)
Encargos financeiros	374
Transferência para impostos a recolher para adesão ao novo parcelamento	(41.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	18.386
Novos parcelamentos	68
Pagamento - principal	(664)
Pagamentos - juros	(193)
Encargos financeiros	137
Saldos em 31 de março de 2018	17.734

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social	1.516	1.086	73.240	61.367
PIS e COFINS	140	113	44.540	34.263
ISS	-	-	2.044	1.881
Outros impostos e taxas	1.565	1.674	9.756	10.068
Total	3.221	2.873	129.580	107.579

A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído conforme instruções normativas 1.711/2017 e 1.748/2017, o qual permite que os tributos federais vencidos até 30 de abril de 2017 possam ser parcelados. Adicionalmente, a Medida Provisória 783/17 foi convertida na Lei n° 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater (compensar) da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil. Em outubro de 2017 a Companhia tinha R\$137.867 de débitos tributários sujeitos ao parcelamento, os quais eram débitos tributários federais vencidos até 30 de abril de 2017. O montante de R\$110.209 foi liquidado com a utilização dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido. Adicionalmente, R\$46.903 estão sujeitos ao parcelamento ordinário.

A adesão ao programa de parcelamento PERT, encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB, e não fora homologado pela autoridade tributária competente, o deferimento confirmando a dívida consolidada dependerá da finalização da análise pela referida autoridade competente.

17. RECEITAS DE CESSÕES A APROPRIAR

A Companhia controla no passivo as receitas de cessões a apropriar.

As receitas de cessões de direitos de uso a lojistas e usufrutos de frações ideais do estacionamento do Shopping Bonsucesso, Parque Shopping Maia e Shopping Suzano são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo respectivo do primeiro contrato de aluguel, ou do contrato de direitos de uso, ou do contrato de usufruto.

A movimentação dos contratos e reconhecimento da receita em 31 de março de 2018 é como segue:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	173.994
Novos contratos	637
Reconhecimento da receita	(5.842)
Liquidação da cessão de estacionamento	(77.520)
Custo das cessões	(52)
Reconhecimento do custo das cessões	194
Saldo em 31 de Março de 2018	91.412
Passivo circulante	15.655
Passivo não circulante	75.757

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos consultores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, trabalhistas e cíveis.

Não há depósitos judiciais vinculados a essas provisões. A composição das provisões é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cíveis (a)	-	-	1.464	1.245
Trabalhistas	52	70	516	240
Total	52	70	1.980	1.485

(a) Referem-se aos processos por danos materiais e morais, ações renovatórias de contratos de locação, ações de cobrança e ações de rescisão contratual.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui, ainda, outras ações em andamento de aproximadamente R\$ 13.605 (R\$ 16.007 em 31 de dezembro de 2017), cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos e para as quais nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações contábeis.

Periodicamente, as ações são reavaliadas e as provisões são complementadas, quando necessário.

A movimentação da provisão para riscos para o semestre findo em 31 de março de 2018 é como segue:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

	Controladora			31/03/2018
	31/12/2017	Inclusão	Reversão	
Trabalhista	70	-	(18)	52
Total	70	-	(18)	52

	Consolidado			31/03/2018
	31/12/2017	Inclusão	Reversão	
Cíveis	1.245	238	(19)	1.464
Trabalhista	240	294	(18)	516
Total	1.485	532	(37)	1.980

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de março de 2018 é de R\$ 389.625, representado por 69.435.699 ações, em 31 de dezembro de 2017 era de R\$389.625, representado por 69.435.699 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/03/2018	31/12/2017
Golf Participações	48.267.707	48.267.707
Teton Capital Partners L.P	6.115.100	6.115.100
Explorador Capital Management	2.539.900	2.539.900
General Shopping Brasil S.A.	1.923.550	1.923.550
Conselheiros	8.689	8.689
Diretores	253	253
Acionistas com lastros nas GDSs	2.512.149	2.512.149
Outros Acionistas	8.068.351	8.068.351
Total de ações	69.435.699	69.435.699
Ações em tesouraria	(1.923.550)	(1.923.550)
Total de ações em circulação	67.512.149	67.512.149

A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, funcionários ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2016, alterou o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a fim de aumentar o limite do capital social autorizado da Companhia em 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que poderão ser emitidas por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, de forma que o capital social da Companhia poderá ser representado por até 95.000.000 (noventa e cinco milhões) de ações ordinárias.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Conforme ata da reunião do conselho de administração de 04 de agosto de 2017, foram canceladas 6.564.301 ações que estavam em tesouraria, permanecendo o saldo de 1.923.550 ações nominais à Companhia. As ações em tesouraria no valor de R\$10.710 passaram para R\$2.427 com redução no valor de R\$8.283, abatida da conta transação de capital.

Reserva de capital

Corresponde à variação do valor nominal das 2.512.149 ações, emitidas por ocasião da permuta dos Bonds perpétuos, face ao seu valor efetivo na data da operação.

Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de lucros a realizar

Em 31 de dezembro de 2014, em decorrência da alteração da política contábil de mensuração das propriedades para investimento, a Companhia procedeu com a retenção de parcela do ajuste a valor justo das propriedades para investimento registrada no balanço de abertura (01 de janeiro de 2013). Dessa forma, a Administração da Companhia propôs que o valor de R\$ 958.644 dos lucros acumulados fosse retido pela Companhia à constituição de reserva de lucros a realizar.

Na medida em que as propriedades para investimentos são baixadas, as reservas de lucro a realizar são transferidas para prejuízos acumulados.

Destinação do resultado

O prejuízo líquido apurado em 31 de março de 2018, será compensado com a reserva de lucros a realizar sobre equivalência patrimonial e sobre ajuste ao valor justo.

	31/03/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido do período	(64.652)	251.461
Reserva legal	-	(12.573)
Realização de reserva de lucros a realizar	64.652	-
Reserva de lucros a realizar sobre avaliação a valor justo das propriedades para investimentos das controladas		(238.888)
Lucro a distribuir	-	-

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

A seguir o cálculo do lucro por ação básico:

	31/03/2018	31/03/2017
Numerador básico		
Resultado do exercício	(64.652)	4.393
Denominador		
Média ponderada de ações - básica	67.512	67.512
Lucro (Prejuízo) básico por ação em (R\$)	(0,96)	0,07

20. RECEITA LÍQUIDA DE ALUGUEL, SERVIÇOS E OUTROS

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Receita operacional bruta		
Aluguel	48.226	47.870
Serviços	21.194	19.664
	69.420	67.534
Deduções		
Impostos sobre aluguéis e serviços	(5.636)	(5.395)
Descontos e abatimentos	(2.182)	(2.084)
Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros	61.602	60.055

21. CUSTO DOS ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA

	Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Custo de pessoal	(524)	(422)
Custo de depreciações	(460)	(626)
Custo de ocupação	(4.014)	(3.825)
Custo de serviços de terceiros	(1.366)	(1.293)
Outros custos	-	-
Total	(6.364)	(6.166)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
IPTU	(25)	(24)	(111)	(119)
Comercialização	-	-	(705)	(971)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.295)	(1.900)
Publicidade e propaganda	(29)	(37)	(327)	(385)
Conservação de instalações	-	-	(12)	(13)
Materiais	(46)	(42)	(185)	(97)
Energia elétrica	(22)	(28)	(27)	(38)
Despesas com pessoal	(2.934)	(2.822)	(3.399)	(3.382)
Despesas com serviços de terceiros	(1.633)	(925)	(3.748)	(2.755)
Despesa com depreciação e amortização	(568)	(692)	(568)	(692)
Aluguéis	(161)	(102)	(164)	(102)
Taxas e emolumentos	(9)	(23)	(274)	(242)
Telefonia	(135)	(193)	(166)	(164)
Viagens e estadias	(28)	(19)	(61)	(112)
Seguros	(64)	(55)	(132)	(109)
Serviços de mensageiro	(45)	(51)	(45)	(51)
Despesas legais	(12)	(13)	(591)	(441)
Outras	(31)	(109)	(456)	(558)
Total	(5.742)	(5.135)	(12.266)	(12.131)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	-	63	1.338	1.286
Ganho na operação - derivativos	-	-	1.682	-
Variação cambial ativa	-	4	49.150	51.663
Variação monetária ativa	-	-	-	-
Outros	429	1.546	2.381	2.739
	429	1.613	54.551	55.688
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e CCIs	-	-	(48.286)	(49.433)
Perda em operação com derivativos	-	-	(2.631)	(4.209)
Variação monetária passiva	-	-	(21)	(8)
Variação cambial passiva	(2)	-	(54.851)	(22.487)
Multa sobre impostos em atraso	(461)	(154)	(10.446)	(5.864)
Outros	(30)	(147)	(4.711)	(5.889)
	(493)	(301)	(120.946)	(87.890)
Total	(64)	1.312	(66.395)	(32.202)

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social debitados ao resultado do exercício são compostos como segue:

	31/03/2018		31/03/2017	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	(72.096)	(67.822)	4.393	10.059
Alíquota combinada vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social	24.513	23.059	(1.494)	(3.420)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(22.541)	-	2.786	-
Outras diferenças permanentes líquidas	6	(5)	13	(112)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias não constituídos	(1.978)	(14.544)	(1.305)	(9.386)
Efeitos de IRPJ e CSLL de sociedades tributadas pelo lucro presumido (*)	-	(10.247)	-	7.252
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre constituição de ativo fiscal diferido	-	(7)	-	-
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre o ajuste a valor justo	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	-	(4.274)	-	(5.666)
Correntes	-	(8.348)	-	(5.666)
Diferidos	-	4.074	-	-

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Base de cálculo		
Avaliação a valor justo das propriedades para investimento e das propriedades destinadas à venda	2.945.707	3.078.218
Presunção para Imposto de renda 8% - 25% alíquota para Imposto de renda	2%	2%
Presunção para Contribuição social 12% - 9% alíquota para Contribuição social	1,08%	1,08%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre propriedades para investimento e destinadas à venda	(90.728)	(94.809)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre direitos de renovação de contratos	(1.546)	(1.546)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	(92.274)	(96.355)

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

- a) Realização do passivo fiscal diferido sobre ajuste a valor justo das propriedades para investimento com base na tributação pelo lucro presumido quando da sua respectiva alienação.

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida de venda de propr. p/ investimento	-	-	117.648	-
Custo de venda de propr. p/ investimento	-	-	(117.648)	-
Ajuste a valor justo da venda de propr. p/ investimento	-	-	(37.063)	-
Ajuste das propriedades para investimentos a valor justo	-	-	-	162
Outras receitas (despesas)	-	-	(44)	132
Recuperação de despesas	5	22	152	209
Total	5	22	(36.955)	503

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	Consolidado							
	31/03/2018				31/12/2017			
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao custo amortizado	Outros passivos ao custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	108.172	-	108.172	-	108.647	-	108.647
Aplicações financeiras e aplicações vinculadas	1.612	-	-	1.612	1.588	-	-	1.588
Instrumentos financeiros derivativos	2.112	-	-	2.112	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	80.397	-	80.397	-	87.572	-	87.572
Total	3.724	188.569	-	192.293	1.588	196.219	-	197.807
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	-	1.314.277	-	1.314.277	-	1.306.183	-	1.306.183
CCIs	-	589.140	-	589.140	-	593.492	-	593.492
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	60	-	-	60
Fornecedores	-	-	12.543	12.543	-	-	13.320	13.320
Outras contas a pagar	-	-	2.988	2.988	-	-	2.698	2.698
Total	-	1.903.417	15.531	1.918.948	60	1.899.675	16.018	1.915.753

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

26.1. Fatores de riscos

A principal fonte de receitas da Companhia e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shoppings centers.

A Companhia e suas controladas dispõem de política de gestão de riscos para gerenciar os riscos de mercado por meio de instrumentos financeiros. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta são a variação cambial e a flutuação de índices de inflação inerentes às suas operações. A política é acompanhada pelo Conselho de Administração assegurando que os instrumentos financeiros não extrapolem os limites da política, em consonância com as melhores práticas de governança corporativa. O principal objetivo da gestão de risco é a proteção do fluxo de caixa da Companhia, em que as operações devem respeitar os limites de exposição, cobertura, prazo e instrumento, minimizando os custos operacionais. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem exigir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. A política permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos apenas para fins de proteção. É vedada a contratação de qualquer derivativo que implique a venda líquida de opções e operações financeiras estruturadas com derivativos embutidos.

Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

A política de gestão de risco da Companhia permite operações de aplicação dos recursos de caixa e derivativos somente com contrapartes de primeira linha, ou seja, com baixo risco de crédito, de acordo com as agências internacionais de rating. A política permite que as operações de instrumentos financeiros derivativos possam ser efetuadas diretamente na BM&FBOVESPA. Tanto as instituições financeiras quanto as corretoras deverão ser aprovadas previamente pelo Comitê de Gestão de Riscos.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez, para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

A disponibilidade de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferida para a área de tesouraria, a qual investe substancialmente a disponibilidade de caixa em CDB, LTN e fundo de investimento com remuneração atrelada a variação do CDI e escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária, conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

c) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e CCIs detalhados nas Notas Explicativas nº 14 e 15, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativo) e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19).

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. O índice de endividamento em 31 de março de 2018 foi de 156%, conforme a seguir:

- **Índice de endividamento**

O índice de endividamento em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017 é o seguinte:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

	Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
Dívida (i)	1.903.417	1.899.675
Caixa e equivalentes de caixa	(108.172)	(108.647)
Dívida líquida	1.795.245	1.791.028
Patrimônio líquido (ii)	1.152.590	1.224.686
Índice de endividamento líquido	156%	146%

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos e CCIs de curto e longo prazos;
(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

d) Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros foram pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Consolidado	% - Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
CCI	10,05%	6.904	13.808	69.757	342.503	434.708	867.680
Total		10.837	36.308	156.329	638.486	1.959.492	2.801.451

- (*) Para a captação do bônus perpétuo foram considerados os juros a serem incorridos até a data da opção de compra e o principal e, por não ter data de vencimento, foi classificado como dívida a vencer acima de 05 anos.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****e) Risco de taxas de juros**

Empréstimos para capital de giro e CCIs: as controladas da Companhia possuem também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 12 e 13, sobre os quais incidem taxas médias de juros de 13,2% ao ano.

f) Risco de variação da taxa de câmbio

A Companhia, por meio de sua controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes não relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$ 1.133.457 em 31 de março de 2018 (R\$ 1.116.260 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia mensura suas exposições conforme o modelo de previsão e orçamento da própria Companhia e, por meio de suas controladas, contrata derivativos - atualmente NDFs em balcão - visando a proteção de sua exposição cambial. O principal risco que a Companhia pretende reduzir é a exposição cambial atrelada ao seu passivo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2018, a Companhia utiliza derivativos para proteger os riscos cambiais referentes à emissão dos bônus perpétuos.

A Companhia não possui operações com instrumentos derivativos ou não derivativos para cobertura (hedge) do saldo do principal dos bônus perpétuos.

Para proteger a variação cambial do pagamento dos juros dos bônus perpétuos, a Companhia utiliza NDFs cambiais, classificado como nível 2 conforme descrito no CPC 40. A marcação a mercado dos instrumentos derivativos em 31 de março de 2018 era:

Instrumento	Nocional	Vencimento	Valor justo em 31/03/2018
NDFs	20.000	02/05/2018	2.112
TOTAL	20.000		2.112

A Companhia gerencia e monitora diariamente a sua posição de derivativos, adequando-se à melhor estratégia de hedge que possua menos custos em relação às demais.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas**

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

Análise de sensibilidade - derivativos

				NDF de Dólar - balcão			
				Impacto na curva DI/TJLP			
Nocional (US\$ Mil)	Preço contratado	Preço em 31/03/2018	Valor Justo	-25%	-50%	-25%	-50%
				Ajuste	Ajuste	Valor Justo	Valor Justo
20.000	R\$3,1963/US\$	R\$3,3025/US\$	2.112	(16.423)	(32.847)	(14.311)	(30.735)
20.000			2.112	(16.423)	(32.847)	(14.311)	(30.735)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução do valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução do valor recuperável são reconhecidas quando há evidência objetiva da redução do valor recuperável do ativo financeiro, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Os critérios que a Companhia e suas controladas utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda do valor recuperável de um ativo financeiro incluem:

- dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor;
- violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal;
- probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução do valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

g) Análise de sensibilidade - empréstimos, financiamentos e CCI

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

- cenário-base: manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de março de 2018;
- cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2018;
- cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de março de 2018;

h) Empréstimos, financiamentos e CCI**Premissas**

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da TR e do IPCA e de variação cambial em relação ao dólar norte-americano, os quais são base para atualização de parte substancial dos empréstimos, dos financiamentos, das CCIs e dos bônus perpétuos contratados. Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Elevação da taxa do IPCA	0,22%	0,28%	0,33%
Elevação da TJLP	0,55%	0,68%	0,82%
Elevação da DI	0,52%	0,65%	0,78%
Desvalorização do real diante do dólar norte-americano	10,00%	12,50%	15,00%

A exposição líquida em dólar norte-americano, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
	Sem efeito das operações de derivativos - 31/03/2018
Empréstimos e financiamentos (Bonds perpétuos)	1.113.608
Partes relacionadas	19.931
Caixa e equivalentes de caixa	(82)
Exposição líquida	1.133.457

Operação	Risco	Cenários		
		Base	Adverso	Remoto
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação do IPCA	Alta do IPCA	77.917	83.388	88.860
Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TR	Alta da TR	169.714	170.722	171.730
Contratos futuros de US\$ (*)	Alta do dólar	298.029	335.282	342.733

(*) Calculado sobre a exposição líquida da Companhia, sem considerar os efeitos dos instrumentos derivativos.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos dos juros e da variação dos indexadores até o vencimento do contrato.

Os juros dos bônus perpétuos são fixos. Dessa forma não foi efetuada a análise de sensibilidade.

i) Caixa e equivalentes de caixa**Premissas**

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação do CDI e de variação cambial. Nesse sentido, a seguir, estão demonstrados os índices e as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto	
Deterioração da taxa do CDI	6,39%	4,79%	3,20%	
Operação		Consolidado		
Fator de risco	Risco	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
Sujeitos à variação do CDI	Redução da taxa do CDI	6.912	5.184	3.456

A análise de sensibilidade da variação cambial do caixa e equivalentes de caixa indexado ao dólar norte-americano foi apresentada líquida dos outros passivos indexados ao dólar norte-americano, conforme mencionado no item (i).

j) Valor justo dos bônus.

Tipo	Moeda	% - Taxas contratuais a.a.	Vencimentos	Valor justo em 31/03/18	Valor justo em 31/12/17
Títulos de crédito perpétuo (a)	U\$	10%	-	544.530	514.761
Títulos de crédito perpétuo (b)	U\$	13%	-	434.781	302.627
Bônus de dívida (b)	U\$	10%/12%	2026	20.562	25.052
TOTAL				999.873	842.440

Os preços utilizados para calcular o valor de mercado dos Bonds da Companhia foram adquiridos do Bloomberg. Os preços são indicativos de mercado em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

26.2. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM nº 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em 3 níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia. Esses 2 tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- Nível 1 – Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão alocados os investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e outras Letras Financeiras;
- Nível 2 – Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os investimentos em CDB, Compromissadas DI, outras aplicações financeiras remuneradas pelo DI e os derivativos, os quais são valorizados por modelos de precificação amplamente aceitos no mercado. São utilizados, além dos indicadores das operações inputs observáveis de mercado como taxas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos em conformidade com a hierarquia de valorização. Para o período findo em 31 de março de 2018, não houve alteração entre os 3 níveis de hierarquia.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR
Em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2018			31/03/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Financeiros						
Ao custo amortizado						
Certificados de Depósitos Bancários	-	2.209	-	-	13.204	-
Compromissadas DI	-	-	-	-	27.678	-
Conta remunerada	-	7	-	-	871	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	49.053	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	15.451	-	-
Derivativos não designados como hedge accounting	-	-	-	-	2.112	-
	-	2.216	-	64.504	43.865	-
Passivos						
Passivos financeiros mensurados a valor justo						
Outros passivos financeiros						
Derivativos não designados como hedge accounting	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
	31/12/2017			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos						
Ativos Financeiros						
Mantidos para negociação						
Certificados de Depósitos Bancários	-	2.209	-	-	9.473	-
Compromissadas DI	-	-	-	-	41.552	-
Conta remunerada	-	20	-	-	1.293	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	52.287	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	2.184	-	-
Derivativos não designados como hedge accounting	-	-	-	-	-	-
	-	2.229	-	54.471	52.318	-
Passivos						
Passivos financeiros mensurados a valor justo						
Outros passivos financeiros						
Derivativos não designados como hedge accounting	-	-	-	-	(60)	-

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades civis.

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	70.200
Compreensivo de incêndio comum	3.844.983
Lucros cessantes	596.029
Vendaval/ fumaça	316.060
Operações de shopping centers	60.006
Danos morais	34.322
Danos materiais	887.438
Empregador	9.200

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

As premissas de riscos adotadas e valores de cobertura envolvidos, foram considerados pela administração da Companhia como suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios. Tais premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

As práticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas da Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2. Os resultados por segmento consideram os itens atribuíveis diretamente ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da alta Administração.

Portanto, os segmentos reportáveis da Companhia são os seguintes:

a) Aluguel

Refere-se a locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais, como “stands” de venda, locação de espaços comerciais para publicidade e promoção e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário.

b) Serviços

Refere-se à receita da gestão do suprimento de energia e água dos shoppings centers, bem como exploração de estacionamentos.

A totalidade da receita da Companhia é realizada no Brasil.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)****Demonstração dos resultados por segmento**

	Consolidado					
	31/03/2018			Eliminação		31/03/2018 Consolidado
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	
Receita líquida	43.961	21.566	-	(3.925)	-	61.602
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(3.366)	(4.743)	-	1.745	-	(6.364)
Lucro bruto	40.595	16.823	-	(2.180)	-	55.238
(Despesas)/ receitas operacionais	(2.701)	2.945	(108.045)	66.025	(7.445)	(49.221)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	37.894	19.768	(108.045)	63.845	(7.445)	6.017
Resultado financeiro	(32.073)	(2.324)	(31.998)	-	-	(66.395)
Lucro/ (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	5.821	17.444	(140.043)	63.845	(7.445)	(60.378)
Imposto de renda e contribuição social	(2.223)	(2.051)	-	-	-	(4.274)
Lucro líquido do período	3.598	15.393	(140.043)	63.845	(7.445)	(64.652)

	Consolidado					
	31/03/2017			Eliminação		31/03/2017 Consolidado
	Aluguel	Serviço	Corporativo	Débito	Crédito	
Receita líquida	44.923	18.581	-	-	(3.449)	60.055
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	(3.547)	(3.919)	-	1.300	-	(6.166)
Lucro bruto	41.376	14.662	-	1.300	(3.449)	53.889
(Despesas)/ receitas operacionais	(91.861)	6.825	25.401	-	48.007	(11.628)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	50.485	21.487	25.401	1.300	44.558	42.261
Resultado financeiro	(36.452)	(495)	4.745	-	-	(32.202)
Lucro/ (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	86.937	20.992	30.146	1.300	44.558	10.059
Imposto de renda e contribuição social	(4.196)	(1.470)	-	-	-	(5.666)
Lucro líquido do período	(91.133)	19.522	30.146	1.300	44.558	4.393

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme Fato Relevante divulgado em 03 de abril de 2018, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao fato relevante divulgado em 28 de dezembro de 2017, que em 02 de abril de 2018, foi concluída, a venda da participação equivalente a 70% do empreendimento comercial denominado "INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS" ao INTERNACIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, (anteriormente denominado CASCAIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO), nos termos e condições previstos no referido fato relevante.

GENERAL SHOPPING E OUTLETS DO BRASIL S.A.**Notas Explicativas****Notas explicativas às Informações Trimestrais - ITR****Em 31 de março de 2018****(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma)**

Nos termos do Compromisso de Venda, parte relevante desses recursos deverá ser obrigatoriamente utilizada para quitar diversos endividamentos da Companhia vinculados ao INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS, bem como vinculados a OUTROS EMPREENDIMENTOS da Companhia, tais como, mas não se limitando a, cartas-fiança, securitizações, debêntures e repasses de recursos a financiamentos, todos denominados em Reais e que compartilham garantia de (i) alienação fiduciária da participação da Companhia no INTERNACIONAL SHOPPING GUARULHOS e (ii) cessão fiduciária dos respectivos recebíveis.

Victor Poli Veronezi
Diretor Presidente

Marcio Snioka
Diretor de Relações com Investidores

Vicente de Paula da Cunha
Diretor Financeiro

Francisco José Ritondaro
Diretor de Planejamento e Expansão

Francisco Antonio Antunes
Contador
CRC 1SP-149.353/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
General Shopping e Outlets do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da General Shopping e Outlets do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores correspondentes às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão datado em 11 de maio de 2017, sem modificação.

São Paulo, 11 de maio de 2018.

BDO RCS Auditores Associados Ltda

CRC 2 SP 015165/0-8

Mauro de Almeida Ambrósio

Contador CRC 1 SP 199692/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da General Shopping Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ sob o nº 08.764.621/0001-53, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais referente ao 1º trimestre de 2018, nos termos e do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 15 de maio de 2018.

Victor Poli Veronezi - Diretor Presidente e

Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo

Vicente de Paula da Cunha - Diretor Financeiro

Marcio Snioka - Diretor de Relações com Investidores

Francisco José Ritondaro - Diretor de Planejamento e Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaramos, na qualidade de diretores da General Shopping Brasil S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Cerqueira César, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ sob o nº 08.764.621/0001-53, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais referente ao 1º trimestre de 2018, nos termos e do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, 15 de maio de 2018.

Victor Poli Veronezi - Diretor Presidente e

Diretor de Marketing e de Relacionamento com Varejo

Vicente de Paula da Cunha - Diretor Financeiro

Marcio Snioka - Diretor de Relações com Investidores

Francisco José Ritondaro - Diretor de Planejamento e Expansão